



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Maria Teresa da Silva Morais](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Sandra Cristina de Sequeiros Pereira](#)

SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre a suspensão do mandato e respetiva substituição de um Deputado do PS e de uma Deputada do L, bem como a assunção do mandato de duas Deputadas do PSD.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-

Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [José Luís Carneiro](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 32 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Boa tarde.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço o favor de que tomem os vossos lugares e solicito às autoridades que abram as galerias ao público. Vou dar a palavra à Sr.^a Secretária da Mesa, Germana Rocha, para a leitura de expediente e de pareceres.

A Sr.^a **Secretária** (Germana Rocha): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, é para informar a Câmara de que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia da República, as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a última sessão.

Dou também conhecimento à Câmara de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que vai no sentido da assunção do mandato por Liliana Sousa (PSD), círculo eleitoral de Leiria, que cumpre os requisitos legais e produz efeitos a partir do dia 2 de março de 2026, inclusive, passando a Deputada Célia Freire (PSD) a ocupar, a título definitivo, o lugar deixado vago em virtude da renúncia ao mandato pela Deputada Sofia Carreira (PSD); de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido da suspensão do mandato requerida pelo Deputado Jorge Botelho (PS), círculo eleitoral de Faro, por motivos ponderosos de natureza profissional, por um período de seis meses, com efeitos a partir do dia 2 de março de 2026, inclusive, e até ao dia 28 de agosto de 2026, inclusive, que cumpre os requisitos legais, sendo substituído, durante o referido período, pelo candidato não eleito, Vítor Guerreiro (PS); e de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que vai no sentido da suspensão do mandato requerida pela Deputada Isabel Mendes Lopes (L), círculo eleitoral de Lisboa, por motivos ponderosos de natureza pessoal e familiar, por um período de 30 dias, com efeitos a partir do dia 12 de março de 2026, inclusive, e até ao dia 10 de abril de 2026, inclusive, que cumpre os requisitos legais, sendo substituída, durante o referido período, pelo candidato não eleito seguinte, Tomás Cardoso Pereira (L).

Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares e que prestem atenção à votação destes pareceres, que estão em apreciação.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-los.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Vamos dar início ao ponto único da ordem do dia, que consiste no debate com o Sr. Primeiro-Ministro. Este debate tem o formato previsto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, o que significa que é iniciado pelas intervenções dos partidos, por ordem decrescente da sua representatividade, sendo que essa ordem é alternada.

Cabe hoje abrir o debate ao Partido Socialista. Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Permitam-me que aproveite esta oportunidade para dar as boas-vindas ao novo Ministro da Administração Interna, a quem desejamos as maiores felicidades.

Sr. Primeiro-Ministro, queremos ser claros: o Partido Socialista critica, de forma inequívoca e clara, a intervenção norte-americana e israelita no Irão, porque ela ocorre à margem do direito internacional, da Carta das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e dos acordos internacionais.

Aplausos do PS.

Criticamos de forma veemente e condenamos a resposta do Irão, que não só ilustrou uma resposta desproporcional em relação ao direito à legítima defesa, como contribuiu para exibir o poder de desestabilização de um regime teocrático e obscurantista que, neste Parlamento, sempre, como é do vosso conhecimento, condenámos e atacámos, em solidariedade com o povo que é vítima desse regime.

Aplausos do PS.

Sempre atacámos, neste Parlamento, as práticas desse regime teocrático e manifestamos a nossa solidariedade com o povo iraniano, ao qual nos ligam laços históricos muito antigos, desde o século XVI e do século XVII.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Manifestamos, em terceiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, a nossa solidariedade ao Reino Unido e a Espanha, que, nas últimas horas, foram objeto de chantagem inaceitável da parte dos aliados.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

A União Europeia tudo deve fazer para defender os seus Estados-Membros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão do lado certo! Do lado dos terroristas da ETA (Euskadi Ta Askatasuna)!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estão do lado certo!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O império da força não se pode impor às regras e às normas do direito internacional.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Por isso, quero colocar-lhe a primeira pergunta, que não tem que ver com o uso da Base das Lajes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro! Vocês autorizaram sempre!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, condena ou não, repudia ou não,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... critica ou não...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... uma intervenção feita à margem do direito internacional?

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Uma intervenção vergonhosa!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, Portugal tem uma tradição muito saudável e salutar de, em matérias de política externa, ter um largo consenso na representação política do povo português presente nesta Câmara.

É uma posição que assenta no respeito pelo direito internacional, pela Carta das Nações Unidas, pelo papel de Portugal no mundo e, diria mesmo, por aquilo que são quase nove séculos de história, nos quais fomos sempre construtores de pontes de convergência entre as nações e entre os povos.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso, Sr. Deputado, não ficará admirado que nesta, como noutras ocasiões, o Estado português seja um Estado que defende a via diplomática e negocial para garantir a paz internacional, sendo que, dentro do contexto de paz, nós, naturalmente, com os nossos aliados, temos uma relação que, muitas vezes, é cravada na solidariedade e na necessidade de termos ações dissuasoras de poderes que são depois suscetíveis de intervenções desproporcionadas, como o Sr. Deputado aqui evidenciou.

Quero, portanto, dizer, Sr. Deputado José Luís Carneiro, que, tendo havido uma ação militar dos Estados Unidos da América, Portugal não acompanhou, não subscreveu e não esteve envolvido nessa ação militar, o que não quer dizer que não o esteja a acompanhar, desde a primeira hora,...

Protestos do PS.

... no contexto das nossas relações com os nossos parceiros na União Europeia, no contexto das nossas relações com os nossos parceiros da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e também no contexto das nossas relações com todos os parceiros na região onde esta operação foi desencadeada.

Por isso, Sr. Deputado José Luís Carneiro, em função destes princípios e deste alinhamento, é preciso também dizer que, entre um conflito em que estão envolvidos um aliado e um parceiro de Portugal, membro da NATO e com o qual temos uma relação bilateral muito extensa, incluindo no plano da segurança e da defesa, face a um outro país envolvido, que, como o Sr. Deputado aqui disse, enfim, de uma forma, num trecho da sua intervenção mais enfática, no outro não tanto,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é, apesar de tudo, um país que viola de forma reiterada o direito internacional,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... que tem em curso um programa nuclear, que tem em curso um programa de armamento com mísseis balísticos de longo alcance, nesse contexto, que não haja dúvidas de que Portugal tem, objetivamente, uma relação muito mais próxima com o nosso aliado, os Estados Unidos da América. Quero dizer isto de forma clara e inequívoca, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dito isto, perante um conflito, o Governo português obviamente fez a sua análise e fez também a sua interação em toda esta tripla dimensão: União Europeia, NATO, parceiros na zona do Golfo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É a sua opção!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero dizer-lhe que a prioridade de Portugal, a primeira prioridade, aquela que é o motivo da nossa intervenção mais imediata, é a proteção e a segurança dos portugueses que residem ou se encontram naquela região.

Aplausos do PSD.

Portanto, reforçámos os nossos esforços de contacto e de recolha de informação e temos já em curso operações de repatriamento, que estão, neste momento, a decorrer e que, naturalmente, têm contornos que não podem ser totalmente publicitados, precisamente em razão da segurança.

Depois, quero também dizer-lhe que convocámos uma reunião extraordinária do Gabinete Coordenador de Segurança, para reforçar as medidas de segurança interna, nomeadamente no que tem a ver com o reforço da segurança de infraestruturas críticas, de aeroportos, de portos, de embaixadas, e também fizemos uma reunião interministerial para analisar o impacto económico-financeiro e antecipar alguns riscos e mesmo algumas medidas que se impõem nesta ocasião.

O Sr. Deputado não questionou, mas quero aproveitar para, dentro desta orientação que foi dada a vários membros do Governo, para não desvalorizarem os efeitos que este conflito possa ter na nossa dinâmica económica, dizer que nós estamos em condições de afirmar que um desses efeitos pode vir a ser o aumento do preço dos combustíveis e, caso se verifique uma subida de preço da gasolina e do gasóleo superior a 10 cêntimos face ao valor desta semana, o Governo vai introduzir um desconto extraordinário e temporário do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos),...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... para compensar o adicional da receita do IVA (imposto sobre o valor acrescentado), devolvendo todo esse adicional às portuguesas e aos portugueses e às empresas.

Portanto, Sr. Deputado, face à sua questão, este é o posicionamento do Governo de Portugal e é o posicionamento que queremos ver reiterado também dos restantes órgãos de soberania,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... nomeadamente da Assembleia da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem novamente a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, não respondeu à pergunta que formulei sobre se condenava ou não, se repudiava ou não a violação do direito internacional.

Contudo, que fique claro que a nossa posição é uma posição que tem que ver com os pressupostos da política externa portuguesa desde 1976.

Vozes do CH: — Oh...!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Na altura, afirmámos as linhas mestras fundamentais de uma abordagem multilateral, porque um Estado como o Estado português, dotado de um poder funcional, só salvaguarda a sua soberania no quadro da defesa do multilateralismo e, por isso, transmiti ao Sr. Primeiro-Ministro a nossa posição de que quaisquer intervenções desta natureza devem respeitar esse quadro multilateral, fonte da legitimidade dessas mesmas intervenções, a Organização das Nações Unidas, a Aliança Atlântica e a União Europeia.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro dialogou connosco, e bem, do ponto de vista institucional — prática que, do meu ponto de vista, deve ser assegurada no presente e no futuro, tendo em conta o contexto que estamos a viver — e deu-me conta de que o Governo autorizou o uso da Base das Lajes, mas um uso condicionado à garantia do respeito do uso da Base das Lajes.

Quero também que fique claro que, para o Partido Socialista, as Lajes são muito importantes e a nossa relação bilateral com os Estados Unidos é da primeira importância estratégica, porquanto ela consubstancia a aliança externa do Estado português, em termos de defesa e segurança.

Nunca estive em causa esse valor fundamental. O que está em causa é garantir que a Base das Lajes é usada no respeito pelos valores e pelos princípios da ordem que os próprios Estados Unidos ajudaram a construir, depois da Segunda Guerra Mundial, e para os quais todos nós temos o dever de contribuir.

Aplausos do PS.

Aliás, é na salvaguarda da ordem multilateral que os pequenos Estados, dotados de um poder funcional, melhor salvaguardam a sua soberania.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós não somos um pequeno Estado!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Aliás, admira-me até que aqueles que se apresentam como soberanistas e, até mais do que isso, nacionalistas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós não somos um pequeno Estado!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... não tenham em consideração a violação de deveres fundamentais entre Estados soberanos.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, do meu ponto de vista, este debate é da maior importância. É na Assembleia da República que o Governo deve prestar informação sobre o que se passa nos assuntos mais importantes da vida nacional, e por isso entendemos que este era o momento para colocarmos algumas questões.

Protestos do CH.

E a pergunta que queria colocar, Sr. Primeiro-Ministro, é esta: o Sr. Primeiro-Ministro está em condições de garantir a esta Assembleia que as condições que foram colocadas para o uso da Base das Lajes foram asseguradas antes do dia 28, estão a ser asseguradas hoje e vão ser asseguradas no futuro?

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que Portugal teve, em relação aos Estados Unidos e em relação à utilização da Base das Lajes, um cumprimento escrupuloso das normas legais e das normas que estão patentes no acordo bilateral com os Estados Unidos. Fizemo-lo antes do dia 28 e, portanto, antes do ataque. A Base das Lajes não contribuiu para a mobilização de forças militares para esse ataque...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas facilita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e fomos instados, depois do ataque pelos Estados Unidos, para emitirmos a autorização, que foi uma autorização concedida de forma condicionada e concedida depois de consultados os três maiores partidos com representação parlamentar, Sua Excelência o Sr. Presidente da República em funções e também o Sr. Presidente da República eleito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa resposta foi uma autorização condicional, como disse, à luz de princípios do direito internacional: quais sejam essas operações, de natureza defensiva ou retaliatória, necessárias e proporcionais, e que visem exclusivamente alvos militares. Não tenho, até este momento, nenhuma informação que possa compaginar o incumprimento destas condições.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nem vai ter!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro. Faça favor.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os efeitos geopolíticos, geostratégicos e económicos deste conflito no Médio Oriente têm impactos muito significativos na segurança coletiva — quer na segurança externa quer, também, na segurança interna. E há efeitos económicos em relação aos quais o Sr. Primeiro-Ministro já pôde dar conta das preocupações do Governo, mas gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse explicitar a este Parlamento — nos termos em que não se coloca em causa o necessário segredo de Estado e a reserva de informação — quais as medidas que o Governo tem pensadas para mitigar os efeitos e os impactos geopolíticos e geostratégicos na economia do País. E pergunto também se está disponível — para além da redução do ISP, o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos — para avançar com uma redução do IVA sobre os bens alimentares e sobrestimar os impactos, nomeadamente nos créditos à habitação, cujos efeitos serão, a muito curto prazo, evidentes para a economia das famílias, para a economia do País.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, não deixa de ser curioso o Sr. Deputado invocar as consequências deste conflito para a segurança interna e depois terminar com a questão a propósito do IVA dos produtos alimentares.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado: este tempo é um tempo que exige sentido de responsabilidade, sentido de Estado, sentido de ponderação, sentido de equilíbrio.

Nós teremos de aguardar o desenrolar dos acontecimentos para tomarmos as medidas mais adequadas. Nós antecipámos aquela que pode ter um impacto mais imediato já nos próximos dias.

Sr. Deputado, se a cada movimento o Sr. Deputado vai exhibir um leilão de reivindicações, sempre na *nuance* de que tudo é uma exceção, não terá o Governo ao seu lado, porque isso demonstra impreparação para agir como Governo, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é possível compreender os impactos que são expectáveis desta crise. Basta olhar para a crise do Yom Kippur, basta olhar para a crise de 1979, basta olhar para a crise da inflação em resultado da guerra na Ucrânia para perceber os efeitos diretos e indiretos na economia do País.

Protestos do CH.

E por isso, Sr. Primeiro-Ministro, mais vale cedo prevenir do que tarde remediar. E essa é a razão pela qual, Sr. Primeiro-Ministro, lhe peço que vá preparando essas medidas para responder à economia das famílias.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está respondido!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, creio que o Sr. Deputado José Luís Carneiro não quer prevenir, mas quer acelerar.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado José Luís Carneiro, se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a propósito dos portugueses que estão a receber o apoio do Estado português, verificamos que houve um conjunto de países europeus que estão a realizar o seu repatriamento, e a proposta que faço ao Governo é que procure efetuar aquilo que já ocorreu noutros tempos, que é garantir uma resposta conjugada europeia, por forma a que os meios aéreos que são colocados no resgate aos cidadãos europeus possam também ser devidamente utilizados por parte do Governo português, para garantir a proteção e a salvaguarda dos cidadãos portugueses que se encontram na região. Essa deve ser uma das nossas maiores preocupações, a de responder aos portugueses cujas vidas estão em risco por força do contágio deste conflito aos países do Médio Oriente.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado José Luís Carneiro fez a quinta e última pergunta do seu grupo parlamentar. Tem a palavra para responder o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Luís Carneiro, só posso acompanhá-lo e dizer-lhe que aquilo que agora coloca já está em execução.

Estamos em contacto permanente com os nossos parceiros da União Europeia; nós próprios já temos dois meios aéreos na região; estamos em contacto direto com companhias aéreas e com os governos dos países onde os portugueses se encontram ou países vizinhos.

Estamos, portanto, a utilizar toda a capacidade — a nossa capacidade, a capacidade desses países e a capacidade dos nossos parceiros europeus para ajudar os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, os tempos que vivemos são, de facto, tempos que convocam todos na sua serenidade, na sua capacidade de responder aos desafios que se vão colocando, que são, de facto, muito diferentes e em cada circunstância parecem ser cada vez mais graves.

A verdade é que hoje nós assistimos a um mundo em guerra — guerra na Europa, guerra às portas da Europa, guerra nos mais diferentes continentes — e isso deve convocar o sentido de Estado, a ponderação, a serenidade, sobretudo de todos aqueles que têm a responsabilidade de executar políticas públicas, para que, através dessa competência, dessa serenidade, possam também transmitir confiança ao povo que servimos.

Creio que é neste plano que devemos olhar para o debate que aqui se coloca e para a intervenção dos Estados Unidos e do Estado israelita no Irão. Quero, desse ponto de vista, ser muito claro: este Grupo Parlamentar, o Grupo Parlamentar do PSD, não hesita. Perante uma opção que é poder estar ao lado dos nossos aliados históricos ou ao lado de um Estado que reiteradamente viola os direitos humanos, o direito das minorias e o direito das mulheres,...

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

... nós não temos dúvidas, nós estamos ao lado dos nossos aliados históricos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E queria ser muito claro neste ponto. Significa isto, Sr. Primeiro-Ministro, que o Estado português, o Grupo Parlamentar e todos os órgãos de soberania não devam seguir pela via diplomática para evitar qualquer conflito? Não. Nós continuamos a advogar e a defender que deve ser através da diplomacia, da via diplomática, da negociação bilateral que se devem atingir os processos de paz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós entendemos também, Sr. Primeiro-Ministro, que é preciso olhar já para as consequências que podem advir da intervenção que está hoje a ocorrer no Irão e em toda a região do Médio Oriente.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não deixo de registar, com alguma surpresa, a espécie de «espelho meu, espelho meu, quem faz mais rápido do que eu?» que o Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista, o Sr. Deputado José Luís Carneiro, aqui hoje trouxe. Se recordarmos o tempo que o Governo de então, do Partido Socialista, demorou a atuar sobre os bens alimentares, aquando da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, ou no período do covid,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brillhante Dias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... perguntamos o seguinte: está o Sr. Deputado José Luís Carneiro hoje a fazer uma censura ao Governo do Dr. António Costa e aos Governos a que pertenceu, ou quer hoje coisa diferente do que fez no passado?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É bom que nos entendamos, Sr. Deputado, porque devo dizer-lhe que aquilo que hoje aqui o Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de anunciar ao País — perante aquilo que se perspectiva já, que é a hipótese de uma subida em escalada dos preços de combustível — é precisamente atuar com antecedência e não esperar pelas consequências e pela pressão da opinião pública e das reportagens televisivas para deixar de ganhar dinheiro à custa da guerra, que foi o que o Partido Socialista fez durante muito tempo, não descendo os impostos essenciais em resposta à invasão da Rússia na Ucrânia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado José Luís Carneiro, não me levará a mal, coisa diferente é nós apreçarmos consequências quando não sabemos quanto tempo demorará a guerra e que consequências trará imediatamente aos preços e à inflação.

O Sr. **João Torres** (PS): — Não estão preparados!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu devo dizer o seguinte: se o Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista pusesse a questão num plano de princípio com o qual eu concordo — e ao qual o Governo hoje demonstrou estar mais do que atento, ao responder até antes do tempo e ao anunciar ao País que está pronto a atuar —,...

O Sr. **João Torres** (PS): — Só que não respondeu a nada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... eu concordaria em absoluto consigo.

Deve o Governo estar preparado para responder a qualquer circunstância excecional que aconteça? Deve. Mas perguntar se está o Sr. Primeiro-Ministro já preparado para fazer uma baixa do IVA dos produtos alimentares, sem nós sabermos o que vai acontecer na próxima semana ou no próximo mês, devo dizer-lhe, isso é meramente tática eleitoral, da qual nós estamos muito longe, Sr. Deputado — muito longe. Nós queremos responsabilidade e preparação, mas não queremos eleitoralismo nem populismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, nós, no Grupo Parlamentar do PSD, olhamos com preocupação para aquilo que está a acontecer e temos evidentemente uma preocupação acrescida com os nacionais portugueses que decidiram fazer a sua vida nos países onde o conflito se vai desenrolando e nos países daquela região, ou também com os portugueses que estão de passagem, seja em férias ou em negócios.

O Sr. Deputado José Luís Carneiro interpelou-o sobre a matéria e eu gostava que, dentro daquilo que é a confidencialidade e as razões de segurança que o tema exige, o Sr. Primeiro-Ministro pudesse dar ao País uma nota mais concreta daquilo que o Governo está a fazer nesse tema em particular.

Temos também, Sr. Primeiro-Ministro, evidentemente, uma preocupação com o cumprimento do direito internacional e com a legalidade. Ficámos descansados quando ouvimos hoje o Sr. Primeiro-Ministro poder dar as garantias que tem — à data e ao momento, e que lhe são dadas, evidentemente, pelos respetivos Ministérios e pelos serviços — de que tudo está a ser cumprido, no estrito e rigoroso cumprimento da lei, no que diz respeito à utilização da Base das Lajes por parte dos Estados Unidos da América.

É assim que queremos continuar, no respeito do decreto-lei que vem do tempo do Partido Socialista. Recordar-se-á o Sr. Deputado José Luís Carneiro que a relação bilateral regulada pelo decreto-lei é do tempo do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é do PS, é da República!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Devo dizer também, Sr. Primeiro-Ministro, que fez muito bem o Governo em dialogar com os principais partidos da oposição para que possam estar por dentro de uma matéria que é uma matéria de Estado.

Mas também devo dizer à Câmara e ao País que não deixei de ficar surpreendido, ao longo dos últimos dias, por várias posições que hoje aqui vi manifestamente mitigadas por parte do Partido Socialista. Tenho de dizer que quem ouviu dirigentes do Partido Socialista, quem ouviu relevantes Deputados do Partido Socialista, ao longo dos últimos dias, sobre a utilização da Base das Lajes, em nada corresponde com a posição responsável que hoje assumiu o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade! Tal e qual!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não quero crer, far-lhe-ei essa justiça, Sr. Deputado José Luís Carneiro, que, para aquecer o debate, pôs algumas pessoas a falar, para hoje vir aqui dar uma pose de Estado.

Protestos de Deputados do PS.

Não quero crer e, por isso, quero fazer-lhe essa justiça e pedir-lhe que, nesta matéria também, ponha alguma ordem na sua bancada e nos seus dirigentes, para não ouvirmos do Partido Socialista coisa diferente daquilo que é a posição do seu Secretário-Geral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado José Luís Carneiro, repito: não quero crer que tenha posto alguém a falar de propósito só para aquecer o debate. Tenho a certeza absoluta.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tens de perguntar ao Passos se está de acordo contigo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, isto dito, Sr. Primeiro-Ministro, preocupam-nos também os efeitos que a guerra poderá ter, do ponto de vista económico, naquilo que são números...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é para a Mariana Mortágua!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... recorde que estamos a atingir do ponto de vista do emprego, do desemprego e do crescimento económico. É bom que o Governo tenha em atenção todas as matérias que dizem respeito à captação de investimento, que esteja atento ao decurso de todos os prazos e que não se esqueça de uma prioridade nacional, que hoje é de todos, que vai ser, depois de ouvidos dos parceiros, depois de apresentado o programa ao País, a execução do PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência).

E que esta matéria, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos distraia também de uma questão essencial, de continuar a dar resposta rápida e eficaz às portuguesas e aos portugueses que foram afetados pela intempérie e que agora parecem esquecidos porque há, na opinião pública e no espaço público, outras matérias a ocupar o debate nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Por parte desta bancada, Sr. Primeiro-Ministro, conte com o escrutínio e com a exigência para continuarmos a dar resposta àqueles que ainda hoje sofrem com as consequências das intempéries.

Aplausos do PSD.

Protestos dos Deputados do PS Isabel Alves Moreira e Miguel Matos.

Nós não falamos destas matérias só quando elas são *sexies* para os telejornais. Queremos mesmo continuar esse escrutínio e ajudar as portuguesas e os portugueses que precisam das políticas públicas do Governo de Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, queria perguntar-lhe como é que antevê a possibilidade de o Governo português poder responder o mais rapidamente possível aos portugueses que querem voltar a Portugal. E queria que pudesse discorrer um pouco mais sobre como se prepara o País do ponto de vista económico, do ponto de vista das políticas públicas, para a resposta a uma guerra que sabemos como começou, mas não sabemos como pode acabar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, o Governo regista as considerações que a bancada do PSD faz sobre a dinâmica política e as posições dos partidos. Posso apenas dizer-lhe, Sr. Deputado, em complemento, ou talvez em conclusão, do posicionamento que o Sr. Deputado aqui enunciou de um dos principais partidos da oposição em Portugal, o Partido Socialista, que talvez o maior reconhecimento que podemos fazer do sentido de responsabilidade e de Estado do Partido Socialista é considerarmos — e eu, pessoalmente, considero — que, se o Partido Socialista estivesse aqui sentado, faria, mais coisa menos coisa, exatamente o mesmo que o Governo de Portugal está a fazer.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh! Isso é um elogio ao PS?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, acho que, independentemente daquilo que se diz e, eventualmente, dos motores que se possam querer aquecer, a verdade é que, no fundo, naquilo que é a substância essencial das políticas e do posicionamento estratégico de Portugal, sinceramente, não tenho vislumbrado no Partido Socialista uma posição diferente daquela que o Governo tem, repito, apesar de todos os movimentos e mesmo de, eventualmente, a estrada ser um pouco sinuosa nesses movimentos.

Dito isto, Sr. Deputado, só para que fique muito claro, quero reiterar que o Governo de Portugal, este, como todos aqueles que o antecederam, defendeu sempre o primado do direito internacional, da Carta das Nações Unidas, das responsabilidades que o multilateralismo impõe. Esse é o caminho da relação entre os povos, esse é o caminho para termos uma sociedade mais próspera e, por via da prosperidade, uma sociedade mais justa. Uma sociedade justa é aquela que não esquece os direitos fundamentais, os direitos essenciais das pessoas. É nesse posicionamento que temos sempre sustentado que a via da diplomacia, a via da negociação, devem ser a prioridade.

É talvez um sintoma do posicionamento que as várias nações, incluindo as envolvidas neste conflito, têm a propósito da circunstância de o Irão ter, perante a ofensiva dos Estados Unidos e de Israel, atacado países como a Arábia Saudita, como o Qatar e como Omã — estes dois com especiais responsabilidades de mediação, de negociação mesmo, com o conflito que vem de trás entre os Estados Unidos e o Irão —, mas também os Emirados Árabes Unidos, o Kuwait, a Jordânia, o Bahrein, o Iraque e a Síria. E estamos a falar dos países da região. Estamos a falar dos países que estão fora daquilo que é a nossa esfera institucional mais próxima. São, muitos deles, países parceiros e amigos de Portugal, com os quais temos relações diplomáticas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, para além destes, ainda há uma ofensiva sobre o Chipre, que é membro da União Europeia, e agora recentemente sobre a Turquia, que é membro da NATO.

Sr. Deputado Hugo Soares, a propósito da moderação do sentido de respeito pelo direito internacional, da proporcionalidade, da garantia de que a via comercial é a melhor via, esta resposta também diz muito de uma das partes que está envolvida nesse conflito.

Quero também dizer, Sr. Deputado, que nós, ao longo de todo este período, mantivemos, sobre as nossas relações com todos estes países, um contacto permanente, incluindo com a diplomacia do Irão. Deixámos que, dentro da nossa política externa, as relações entre os Estados se mantivessem.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, pois falou disso em duas ou três ocasiões, que, relativamente à utilização da Base das Lajes, aquilo que ressalta, do que aconteceu e das explicações que, naturalmente, devemos ao povo português e a esta Câmara, é o seguinte.

Vou reiterar aquilo que já disseram os dois intervenientes da Assembleia da República, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, sobre a importância socioeconómica, para a ilha Terceira, para os Açores, da Base das Lajes e do acordo de cooperação que temos com os Estados Unidos. Vou também passar por cima do impacto que esse acordo tem à luz das nossas alianças, em particular da Aliança Atlântica.

Vou apenas dizer, Sr. Deputado, de uma forma ainda mais concreta, que, antes do ataque inicial dos Estados Unidos ao Irão, não houve nenhuma informação adicional a Portugal. Houve, naturalmente, o acompanhamento que fazemos, permanente, de todos os sobrevoos e aterragens na Base das Lajes. Ao abrigo de quê? Ao abrigo do regime previsto no Decreto-Lei n.º 2/2017, que, como o Sr. Deputado aqui mencionou, foi aprovado por um Governo e uma maioria do Partido Socialista, na circunstância, até, de uma maioria que era constituída no Parlamento também pelos partidos da esquerda.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Esqueceram, esqueceram!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade que se tratava de um decreto-lei, mas não foi objeto de apreciação parlamentar. Foi uma legislação de um Governo e, temos de dizer, de uma maioria. Porque essa maioria não serviu apenas para aquilo que interessa no debate político. Foi uma maioria global.

Este regime é, portanto, de 2017, e prevê uma autorização anual permanente, que, no nosso caso, é atribuída a cerca de 50 países, nos quais os Estados Unidos se integram e que implica um dever de notificação relativamente à origem, ao destino e à carga das aeronaves que passam pela Base das Lajes.

Nós teremos, e temos, ao abrigo desse regime legal, 24 horas para nos podermos opor, coisa que só acontecerá se, precisamente, algo nessa informação for suscetível de ferir alguma das disposições da lei ou dos princípios a que estamos obrigados. Não houve — tenho de dizê-lo de forma clara —, em nenhuma circunstância, nenhuma informação a esse propósito capaz de nos dar o enquadramento para objetarmos às notificações que recebemos, em particular dos Estados Unidos da América, nosso aliado da NATO.

Depois do ataque, fomos efetivamente instados a autorizar, nos termos do acordo técnico que temos com os Estados Unidos, a utilização da Base das Lajes. Esse pedido formal ocorreu na tarde de dia 28, mas, tenho de dizer, nós antecipámo-lo, e a nossa consulta ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da República eleito e aos partidos políticos com maior representatividade nesta Câmara ocorreu na tarde anterior, perante as notícias, a que não somos alheios. Depois de esse pedido ter sido formalizado, informámos todos estes intervenientes, precisamente, da decisão que tínhamos tomado e que já tínhamos antecipado. Naturalmente, guardarei para as relações bilaterais com cada um deles a posição que mereceu por cada um deles.

Quero dizer, Sr. Deputado, que esta autorização seguiu três grandes critérios ou condições: em primeiro lugar, serem operações de natureza defensiva ou de retaliação perante um ataque, e um ataque desproporcionado; serem operações necessárias e elas próprias proporcionais ao ataque que visavam contrapor; e visarem exclusivamente alvos militares. Estas três condições estão em linha com o direito internacional, e isso mesmo foi transmitido aos Estados Unidos da América, exatamente nestes termos.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Para quê? São eles que mandam!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, nós atuámos no respeito pelos nossos princípios de orientação da política externa. Atuámos por respeito aos princípios de preservação, proteção e

salvaguarda do interesse nacional, porque o interesse nacional também pressupõe a relação com os nossos aliados; o interesse nacional também pressupõe que as nossas ações se vão consubstanciar em reforços da nossa própria segurança. É também a pensar nela que tomámos estas diligências.

Depois, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que, relativamente à resposta que o País pode ter sobre as consequências de uma crise destas, nós estamos a prepará-la no prisma da segurança, estamos a prepará-la no prisma da economia, até do impacto financeiro, e, antes ainda de tudo isso, estamos a prepará-la para repatriar os nossos nacionais.

Agora, o Sr. Deputado lembrou, e bem, que o País continua, e os desafios que a nossa vida quotidiana impõe continuam bem presentes também na ação do Governo. Em particular, relativamente à recuperação do comboio de tempestades, temos em curso um processo de consulta pública do PTRR, que, de resto, envolveu todos os partidos com representação parlamentar, e temos em curso, também, todo o programa de recuperação imediata àqueles que foram os mais afetados.

Estou em condições de lhe dizer, Sr. Deputado, que, neste momento, para a reconstrução da habitação própria permanente, já foram apresentadas 20 571 candidaturas, num montante de cerca de 115 milhões de euros. Para o apoio financeiro aos agregados familiares com maior carência económica, já foram efetuados 4552 pedidos. Há em curso as moratórias, quer para o crédito à habitação própria permanente, quer para créditos empresariais. As linhas de crédito à tesouraria e reconstrução empresarial já foram objeto de 5852 candidaturas. Temos em curso todos os apoios, nomeadamente em termos de contribuições, em termos de isenção de pagamentos à Segurança Social, em termos *de lay-off* simplificado.

O País está, portanto, a tomar as decisões e a executá-las, a levá-las ao terreno, para que muito rapidamente nos possamos reerguer dessa catástrofe.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, já não lhe resta tempo para responder, mas eu não queria deixar de trazer outro tema ao debate de hoje, que tem que ver com aquilo que aconteceu hoje mesmo no Parlamento, quando, uma vez mais, Sr. Primeiro-Ministro, os partidos da oposição, a quem o povo não deu mandato para governar, se juntaram numa coligação negativa.

Protestos do PS.

Tantas e tantas vezes, quando nós, que temos legitimidade para governar, aprovámos medidas com o Partido Socialista, ouvimos as críticas do Chega. Tantas e tantas vezes, Sr. Primeiro-Ministro, quando aprovámos alguma coisa com o Chega, «Aqui-d'el-rei», ouvimos as críticas do Partido Socialista.

Protestos do PS.

Eles só se esquecem de falar das vezes — que são muitas! — que se juntam para governar a partir do Parlamento. Dessas é que eles nunca falam!

Aplausos do PSD.

E hoje mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, num golpe de asa e, mais uma vez, num engano aos portugueses, quiseram aprovar, juntando-se todos, com a exceção da Iniciativa Liberal, o pagamento do *lay-off* a 100 %.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Primeiro, Sr. Primeiro-Ministro, vieram dizer que não havia problema nenhum, que não havia nenhuma violação da norma-travão, que não havia nenhum problema constitucional. Depois, lá se recordaram dos acórdãos anteriores — o Partido Socialista até se lembrou que já governou numa circunstância dessas e que foi

mesmo o Partido Socialista que foi para o Tribunal Constitucional — e, à última hora, resolveram enganar os portugueses: aprovaram o *lay-off* a 100 %, Sr. Primeiro-Ministro, mas cujos efeitos financeiros só se verificarão no próximo ano. A narrativa deles é a de que as pessoas precisam do dinheiro agora, mas só vão recebê-lo no próximo ano.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, queria dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e, através desta Câmara, ao País que este grupo parlamentar vai mesmo estudar todas as consequências do diploma hoje aprovado e que não deixaremos de ir até à última consequência, se acharmos que há alguma violação da lei.

Sr. Primeiro-Ministro, não deixa de ser curioso que eles nunca falem das vezes que aprovam diplomas juntos, mas que nos critiquem sempre que fazemos isso, que é a nossa obrigação e que faremos sempre — ora conversar com um, ora conversar com outro, se os dois não quiserem estar connosco. Mas, quando eles se juntam, nunca há problema nenhum. Quando há coligações negativas, não há linhas vermelhas, há o Chega e o Partido Socialista a governarem a partir do Parlamento!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, é muito simples de sintetizar: aquilo que para os partidos desta maioria são linhas vermelhas, para a relação direta entre os dois principais partidos da oposição é via verde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para colocar questões ao Primeiro-Ministro pelo Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e aos membros do Governo.

Vou só começar por dizer isto: ouvimos o líder parlamentar do PSD e o Primeiro-Ministro falarem da relação entre dois partidos, mas sabemos todos, todos, em Portugal, que há 50 anos dois partidos se juntaram para saquear o Estado,...

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... há 50 anos fizeram acordos em cima da mesa, por baixo da mesa, ao lado da mesa, do outro lado da sala, atrás da cortina, do outro lado da cortina.

Protestos do PSD.

Quando sai o PS, vão os amigos do PSD; quando sai o PSD, vão os amigos do PS. Tem sido assim há 50 anos.

Sr. Deputado Hugo Soares, pode dizer as vezes que entender, mas esta Câmara sabe a verdade. A vossa aliança é a aliança de regime que destrói Portugal há 50 anos.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que faça um breve trecho de paragem só para dizer isto. Num país moderno da Europa, hoje, com uma guerra a decorrer que não foi da nossa escolha e que não foi da nossa iniciativa, ouvimos o Partido Socialista questionar com aquela cobardia política própria de quem sabe que pode vir a estar no Governo e, portanto, não pode dizer coisas agora que mais tarde se pode vir a comprometer, de quem esteve no Governo com António Costa e fez completamente o contrário daquilo que agora está a dizer,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas vai pondo na televisão os seus — bem, os seus mais ou menos; alguns, na verdade, deixe-me dizer-lhe, não são bem seus — a dizer que isto é uma vergonha, que Portugal tem de ser firme na condenação deste ataque, que isto não pode ser o mundo da força, que isto não pode ser o mundo da iniciativa.

É muito curioso, Sr. Deputado, e deixe-me dizer-lhe isto, que um partido que enche a boca todos os dias com a defesa dos direitos das mulheres — das mulheres! —, um partido que pede...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Se o Trump quiser a Terceira, o Chega aplaude!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, eu peço que meta ordem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre igual, sempre a mesma coisa! É sempre igual!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos parar o tempo, por favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre igual, sempre a mesma coisa!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Reposição de tempo!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos criar condições para continuar o debate, por favor.

Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Temos um partido que enche a boca com a defesa dos direitos das mulheres, que vê um regime que as persegue, que as mata, que não as deixa sequer ser pessoas, nem à luz do direito nacional, nem internacional, um regime que matou cerca de 40 000 pessoas há poucos dias, mas, depois, vemos esse mesmo partido, o Partido Socialista, a dizer aqui que devíamos ter mais cautela. Ó Sr. Deputado, nós devíamos era garantir no mundo que regimes como o da Venezuela, o do Irão, o da Coreia do Norte, que os senhores e os seus parceiros gostam, são varridos da face da Terra. Varridos da face da Terra!

Aplausos do CH.

Se o Sr. Deputado quer estar ao lado desses que não deixam que o seu país sequer tenha direitos, meta pelo menos os olhos, já que não consegue sair da sua entropia política básica, na quantidade de iranianas e iranianos pelo mundo inteiro a manifestar isso. Olhe, hoje aqui no Parlamento, mas também à porta das embaixadas, eles dizem o óbvio: «Obrigado!» — não é ao PS, é àqueles que os livraram das ditaduras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixe-me dizer-lhe isto: os senhores estão sempre, sempre, sempre do lado errado da história. E é assim que tem sido e é assim que vai continuar a ser, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que grande nacionalista! Isso é que é coerência!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, feito este parêntese, deixe-me perguntar-lhe se, de dois pontos de vista, Portugal consegue estar preparado para isto.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que coerência!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Dr. Rui Tavares terá tempo, daqui a pouco, para defender a Coreia do Norte, a Venezuela, o Irão, todos esses regimes que gosta de defender.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Era o que faltava!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Veja se se acalma!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nacionalistas da treta!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos, por favor, criar condições para continuar o debate.

Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de questioná-lo sobre duas coisas, uma delas sobre as nossas defesas e sobre a nossa própria situação de defesa, algo que ainda ontem o antigo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas colocou em causa ao falar das defesas antiaéreas portuguesas no momento em que o Chipre e a Turquia são atacados. Qual é o ponto em que estamos? O que é que podemos dar de garantia em relação a essa matéria?

Depois, terei outra questão para lhe colocar sobre o repatriamento, mas vou deixá-lo responder a isto primeiro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Espero que não responda a isto, Sr. Primeiro-Ministro!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, passando um pouco por cima da sua reiterada consideração a propósito dos primeiros 50 anos de democracia em Portugal, nos quais V. Ex.^a tem uma grande componente de vivência nos primeiros 45 dentro de um sistema que funcionava muito bem e só a partir de 2019...

Protestos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Na altura funcionava, depois arrependeu-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É normal, é normal, as pessoas podem evoluir.

Mas é só para que não passe em claro, Srs. Deputados, e não quero polemizar o debate acerca disso, que a consideração reiterada, vocal, do Sr. Deputado André Ventura é recente, porque só a partir de 2019 e de forma progressiva é que se vem manifestando. Até lá, funcionava tudo muito bem.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado André Ventura, sobre as nossas defesas, temos hoje as mesmas que tínhamos ontem e são aquelas que temos amanhã. Nós temos as nossas próprias capacidades e nós temos as capacidades que advêm da nossa relação com os nossos aliados, em particular com os nossos aliados da União Europeia e, sobretudo, em caso de segurança e defesa, com os nossos aliados da NATO.

A esse propósito, Sr. Deputado André Ventura, convém também contextualizar aquele que é o historial que, no fundo, também suporta as nossas próprias garantias e salvaguardas em matéria de segurança e defesa.

Portugal é um país fundador da NATO. Nós aderimos logo em 1949. Às vezes, aqueles que tentam comparar a nossa circunstância, por exemplo, com os nossos vizinhos de Espanha, não se lembram que Espanha só aderiu à NATO em 1982.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sei se vai continuara ser membro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E esta circunstância pode não querer indiciar nada, mas eu creio que ela diz tudo sobre a perenidade, a dimensão e a profundidade da nossa aliança.

Aplausos do PSD.

Sim, a nossa defesa também passa por aquelas que são as nossas alianças, porque a nossa salvaguarda também depende dos nossos aliados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, se tivesse estado tudo bem, o Chega não tinha sido fundado e não era hoje o segundo maior partido do País e um terço do eleitorado não nos tinha dado essa confiança.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Andaste a pensar nessa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, noto pela sua resposta que praticamente não há defesa nenhuma, ou praticamente nada está feito. Sim, senhor, nós confiamos na NATO e temos um sistema de defesa da NATO, mas eu perguntei-lhe sobre o nosso próprio sistema de defesa e acho que era importante dizer alguma coisa sobre isso, porque é Primeiro-Ministro e tem de responder perante esta Câmara.

Depois, gostava de lhe fazer outra pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, e pedia-lhe que visse isto. E está aí o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ao lado.

O orador exibiu um documento.

Isto foi publicado ontem na página do Governo, Sr. Primeiro-Ministro. Isto envergonha um Governo qualquer do mundo. Isto nem nos Camarões acontecia.

Então, isto diz assim, basicamente: «A Embaixada de Portugal em Abu Dhabi informa que continuam à venda bilhetes.» Num sítio qualquer, nem diz onde, continuam à venda. Depois diz: «Reitera-se que não há garantia de que os voos sejam efetivamente operados.» Arranjem-se como puderem. Diz mais: «Temos igualmente indicação de que é possível adquirir bilhetes com destino à Europa [...] a partir do dia 6 de março.» Dia 6 de março! Estamos no dia 4! Ou seja, há a possibilidade de virem a adquirir bilhetes no futuro. No fim, diz assim: «Igualmente, neste caso, não é possível garantir que os voos sejam efetivamente operados.»

Ó Sr. Primeiro-Ministro, isto é o mesmo que dizer «bem, ou já nem vou» ou «tenham paciência». Estamos a falar de pessoas que estão com bombas a cair em cima delas. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, se vocês não conseguem fazer nada, ao menos, tenham uma palavra de Estado para com aqueles que neste momento estão em zonas de conflito, de guerra, que esperam pelo apoio do Estado português.

Só que o Estado português está a dizer-lhes «tenham paciência, têm de aguardar por voos comerciais». Todos na Europa estão a dar outras garantias aos seus cidadãos e depois publicam isto na vossa página a dizer para adquirirem bilhetes se puderem e, se não conseguirem, paciência, saiam como puderem, venham de barco, atirem-se ao mar, saiam daí como puderem.

Sr. Primeiro-Ministro, isto, desculpe dizê-lo, tem um nome, é de Governo incompetente. Quem faz isto é um Governo incompetente, desculpe lá dizer.

Aplausos do CH.

Por isso, nesta Câmara, temos de perguntar-lhe: o que é que está a ser feito, neste momento, para repatriar os portugueses? Que garantias é que vai dar?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não percebe nada disto!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Que não pode ser isto!

Neste momento, o orador exibiu o comunicado referido anteriormente.

Que não é isto que vai acontecer, que vamos ter garantias efetivas de um Estado, que se chama a si próprio «Estado», que tenha orgulho de ser um Estado, para ir buscar pessoas que estão no meio de um conflito que não escolheram, que não decidiram e que pagam impostos aqui em Portugal e merecem que Portugal olhe um bocadinho por eles, em vez de andarmos a gastar dinheiro com tudo o que não interessa neste País.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, ainda esperei que o Sr. Deputado mantivesse o sentido de responsabilidade e de equilíbrio, neste debate,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não consegue!

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que demonstrou no alinhamento e na intervenção que teve a propósito da política externa portuguesa e da forma como nos relacionamos com os nossos aliados. Mas o Sr. Deputado não resiste, tem uma tendência, que não consegue conter, para a demagogia, para a irresponsabilidade...

Continuação dos protestos do CH.

... e mesmo para a falta de seriedade.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Ah!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não somos sérios?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, quero dizer-lhe que tudo aquilo que podemos fazer para ajudar o regresso de cidadãos portugueses a Portugal está a ser feito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Em segurança!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está a ser feito dentro do enquadramento, que é o enquadramento real, não é um enquadramento de sonho que gostaríamos que houvesse.

Sr. Deputado, isso passa por várias ações.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, mas este comunicado... Por amor de Deus!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A primeira é a nossa própria intervenção direta. Nós temos, como já disse neste debate, duas aeronaves, já, na região, e estamos a promover a inventariação dos casos mais urgentes e prementes para transportar as pessoas para os locais mais seguros, para que elas possam embarcar nesses voos e regressar a Portugal nas próximas horas e nos próximos dias. Vamos continuar a ter operações desta natureza, que são operações levadas a cabo pelas nossas Forças Armadas e também por alguns parceiros no âmbito das disponibilidades aeronáuticas.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, estamos em contacto permanente com todos os nossos parceiros da União Europeia, com todos os nossos parceiros dos países daquela região, para podermos utilizar outras operações, de igual enquadramento que estejam a ser levadas a cabo por países amigos. Porquê? Porque, muitas vezes, acontece que aproveitamos as operações de outros países para também transportar cidadãos portugueses, como outros países aproveitam as operações portuguesas para transportar cidadãos das suas nacionalidades.

Ao mesmo tempo, Sr. Deputado, com o restabelecimento do tráfego aéreo, com a possibilidade de haver voos de companhias comerciais, estamos a dar indicações às pessoas, que nos são transmitidas pelas próprias companhias ou pelos governos dos países onde elas operam, servindo de veículo para transmitir a informação mais precisa, mais segura, para que as pessoas possam enquadrar o seu regresso.

Sr. Deputado, temos neste momento um grupo a que chamamos o grupo de Israel, porque temos muitos portugueses que vivem em Israel e no perímetro, nos países vizinhos, e temos um grupo dos países do Golfo.

Não lhe posso dar indicações precisas onde é que as pessoas vão ser recolhidas, como é que vão ser transportadas e os horários que vão estar adstritos a estas operações. Isso seria pôr em causa a segurança, em primeiro lugar, dessas próprias pessoas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Segurança temos sempre de ter!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, tem todo o direito — diria, mesmo, que tem o dever — de exigir ao Governo e de escrutinar o Governo, mas também tem o dever de o fazer de forma serena, de forma responsável, de forma séria, porque, quero dizer-lhe, é com essa serenidade, é com essa responsabilidade e essa seriedade que vai ajudar aqueles portugueses, não é a criar mais drama e alarme a acrescentar àquele, que já é muito, que essas pessoas estão a viver.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, ó Sr. Primeiro-Ministro, não fique muito melindrado com isso, estou apenas a querer fazer chegar-lhe aquilo que os seus cidadãos, os seus cidadãos,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não são «seus», são nossos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... neste momento, em todo o mundo afetado por isto, estão a dizer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Toda a gente!... Por todo o mundo!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou fazer chegar-lhe hoje, porque acho que o PSD também deve receber, muitos desses relatos de pessoas que dizem «nós estamos sozinhos, o Governo deixou-nos completamente sozinhos». É isso que quero dizer-lhe.

O País está a precisar. Não podemos gastar milhões em redes consulares e em embaixadas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e, quando são precisas, não estão lá, nem fazem nada, não é? Acho que é o mínimo.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, mudando de tema, deixe-me dizer-lhe: o Sr. Ministro e o seu grupo parlamentar vêm queixar-se que o *lay-off* vai ser pago a 100 % aos trabalhadores que foram afetados pelo comboio de tempestades.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não percebe nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, 2 de fevereiro: «Governo anuncia o pagamento do *lay-off* a 100 %.» Não foi a oposição que disse isto — ponham isto na vossa cabeça —, foi a Ministra do Trabalho que disse que ia pagar a 100 %.

Portanto, o que os senhores querem é outra coisa. Querem vir ao Parlamento dizer: «Sim, nós anunciámos, no meio da crise, para ficar bem, que íamos pagar a 100 %. Quando começámos a fazer as contas com o Sr. Ministro das Finanças, voltámos atrás e queríamos a muleta da oposição.» Não, para nós, palavra dada é palavra honrada e o Governo tem de honrar a palavra aqui também.

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do PSD e do PS.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, fica-lhe muito mal, deixe-me dizer-lhe, que, num momento de crise, como as pessoas estão a passar, num momento de dificuldade, tenha de ser o Parlamento, e não o seu Governo, a aprovar aquilo que era evidente e óbvio, no momento em que as pessoas ficaram sem nada: o pagamento a 100 % dos seus rendimentos.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura. O Sr. Deputado está completamente equivocado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porquê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Ministro do Estado e das Finanças tem muitas responsabilidades, mas não teve nenhuma intervenção nesta decisão, no sentido em que...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não fez as contas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Com certeza que fizemos as contas — o Sr. Deputado é que não fez, porque não sabe! O Sr. Deputado não sabe!

Risos e aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. Deputado não sabe, eu vou dizer-lhe. O Sr. Deputado sabe quantos pedidos é que houve de *lay-off*? O Sr. Deputado sabe?

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Desculpe, o Sr. Deputado sabe?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não tem estofo para ser Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Então, tenho razão, o Sr. Deputado não sabe.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não tem razão nenhuma!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Baixo nível!

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, o Sr. Deputado não sabe!

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o Governo que disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nem sequer estou a dizer que é um problema, Sr. Deputado, não precisa de ficar atrapalhado. Não estou a dizer que é um problema, é normal que não saiba, porque nós é que temos o domínio da Administração, com certeza.

Protestos do CH.

O Sr. Deputado não está a perceber e os seus colegas de bancada muito menos. O Sr. Deputado não está a perceber.

Aplausos de Deputados do PSD.

Continuação de protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos interromper a contagem do tempo.

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, não me perturbam com esses apartes!

Continuação de protestos do CH.

Os Srs. Deputados gostam...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, dê-me 1 segundo, por favor.

Os Srs. Deputados terão, através do Sr. Deputado André Ventura, o tempo da bancada parlamentar para contestarem, se assim entenderem, as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Agora vamos, por favor, permitir que o Sr. Primeiro-Ministro responda!
Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os Srs. Deputados fazem intervenções simplistas, superficiais e, depois, não gostam de ser esclarecidos porque, na realidade, não querem o esclarecimento — não querem! Querem continuar a fazer esse discurso no ar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, mas agora podem dizer o que quiserem? Se é assim, vou dizer o que eu quiser!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, os Srs. Deputados não sabem — até vou conceder que nem têm obrigação de saber, mas podiam procurar a informação que nós dávamo-la. Houve 443 pedidos de *lay-off* simplificado até ao momento, Srs. Deputados, 443 pedidos, que envolvem 4233 trabalhadores.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, estamos a falar de um *lay-off* simplificado e a decisão do Parlamento, através desse acordo «via verde» entre os principais partidos da oposição, tem uma importância financeira relativamente baixa.

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Qual é o problema?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é uma questão financeira, é uma questão de justiça relativa, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Trata-se de o Sr. Deputado e os Srs. Deputados medirem o que é que faz sentido na gestão de recursos públicos que não são ilimitados, Srs. Deputados.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Traduza lá isso para arroz e batatas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós estamos a dar subsídios a pessoas individualmente consideradas e famílias para arranjam as suas casas, até 10 000 €.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Onde estão?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós estamos a dar apoios a agricultores e produtores florestais até 10 000 €. Nós estamos a dar moratórias nos créditos à habitação e nos créditos às empresas. Nós estamos a disponibilizar linhas de crédito à tesouraria e também à recuperação. Nós estamos a dar isenções de pagamento de contribuições. Nós estamos a apoiar diretamente as empresas para pagarem salários.

Protestos do PCP.

Nós estamos a criar condições para que a economia funcione como um todo.

Os Srs. Deputados querem levar, uma a uma, todas estas ajudas a um patamar pleno, integral e não estão a olhar para a necessidade de termos equilíbrio, de termos moderação, de gerirmos o País com a responsabilidade que o povo nos exige. Isso, Sr. Deputado, é a grande diferença entre nós e os Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente. Sr.^a Presidente, nós gostávamos de...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem tempo...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não interessa!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — ... para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não interessa! Não interessa, mas tenho o direito de fazer uma interpelação à Mesa!

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Não interessa! Não interessa!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Interessa! Precisamos de perceber porque é que, em vez de usar o tempo que tem disponível, quer fazer uma interpelação à Mesa.

Portanto, Sr. Deputado, se faz favor, explique o sentido da sua interpelação, então.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É ouvir e já percebe!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, era isso que estava a tentar fazer. A Sr.^a Presidente, em vez de ser Deputada do PSD, devia ser Presidente da Mesa!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Era isso que devia fazer. Era isso que devia fazer. Só que não...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não, agora estou a falar, desculpe lá, agora estou a falar!

Só que não consegue, só que não consegue. E agora tem de ouvir, porque eu tenho 2 minutos para lhe dizer isto — ou 1 minuto. Portanto, deixe-me dizer-lhe: se a Sr.^a Presidente acha que é normal o Primeiro-Ministro — a Sr.^a Presidente em exercício, porque nem deveria estar aí hoje, francamente, mas já que está...

Protestos do PSD, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

... mas já que está,...

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

... já que está...

Continuação dos protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Sr.^a Presidente, o tempo está a contar, o tempo está a contar e nós não... Não há pausa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que vergonha!

Protestos do CH.

Vozes do PSD: — Vergonha é o que vocês estão a fazer!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não há pausa na contagem do tempo?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ou para a contagem do tempo e respeita a nossa bancada...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então tem respeito pela Assembleia da República!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ou nós entendemos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, o Sr. Deputado pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, mas não fez uma interpelação à Mesa.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque não deixam!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O que o Sr. Deputado fez, o que o Sr. Deputado efetivamente fez foi uma acusação, e uma acusação perfeitamente descabida e injusta a quem está a presidir aos trabalhos.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do PAN.

Todas as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que fazem parte desta Câmara sabem que a Mesa atua com isenção e imparcialidade,...

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devia, devia!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — ... dando, para isso, o seu melhor exemplo o Sr. Presidente da Assembleia da República.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do PAN.

E se eu aqui estou a presidir aos trabalhos, Sr. Deputado,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É porque o Deputado Diogo Pacheco Amorim, hoje, não quis presidir. É por isso que está aí a presidir hoje aos trabalhos, essa é que é a verdade!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Isso, terá de perguntar...

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é que é a verdade! Essa é que é a verdade! E nós sabemos que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, isso, o Sr. Deputado terá de apurar, se assim entender, com o Sr. Deputado Pacheco de Amorim.

A única coisa que posso dizer-lhe é que nem eu, Sr. Deputado, nem nenhum dos Vice-Presidentes desta Casa, incluindo o Sr. Deputado e Vice-Presidente Pacheco de Amorim, precisamos da sua autorização para presidir aos trabalhos.

Aplausos do PSD, do PS e do L, de pé, e da IL, do PCP, do CDS-PP e do PAN.

Protestos do CH.

Portanto, Sr. Deputado, não é o Sr. Deputado que diz à Mesa e diz a mim ou a qualquer outro vice-presidente se deveríamos ou não deveríamos estar aqui. Não lhe compete. Não é das suas atribuições.

Continuação dos protestos do CH.

Se o Sr. Deputado quiser, finalmente, fazer a interpelação à Mesa, eu peço aos serviços que lhe deem 1 minuto para fazer a interpelação à Mesa. Se não quiser, seguimos o debate.

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, vou então fazer aquilo que já queria fazer de início, que era ter 1 minuto para fazer uma interpelação à Mesa, e neste minuto vou-lhe dizer isto: a Sr.^a Presidente em exercício da Assembleia da República tem de presidir quando deve presidir. Mas, também, tem outra coisa: tem de cumprir o Regimento quando tem de cumprir o Regimento. Não pode cumprir só para os seus amigos do PS e do PSD, tem de cumprir também para o Chega! Não é só para os seus amigos! Não é só para os seus amigos!

Aplausos do CH.

Há um Regimento e esse Regimento permite que se façam interpelações à Mesa para fazer chegar documentos ao Governo. Mas, também noto, Sr.^a Presidente, em exercício, que chamou várias vezes a atenção deste grupo quando chamávamos incompetentes aos outros, quando dizíamos que não tinham,...

Vozes do PSD: — Isto não é uma interpelação!

Protestos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro acabou de dizer que esta bancada era um conjunto, basicamente, de incompetentes e de pessoas sem qualquer consciência e a Sr.^a Presidente deixou passar. E a Sr.^a Presidente deixou passar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas o que é isto?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, dada essa incompetência, vou pedir a distribuição de um documento sobre o Primeiro-Ministro que diz isto — vou-lhe ler, que é para poder ver —, diz assim: «Governo, garante novo *lay-off* até 100 %.» Sabe quem é que disse isto, Sr. Primeiro-Ministro? Não foi o Chega, foi a Ministra do Trabalho. É isto que lhe vou pedir para que seja distribuído agora.

Aplausos do CH.

E agora, Sr.^a Presidente, gostávamos de poder continuar.

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não!

Protestos do PS e do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isto é o que vocês deveriam saber fazer há muito tempo, chama-se oposição.

Aplausos do CH.

É isto que vocês deveriam saber fazer há muito tempo. É isso o que se devia fazer, há muito tempo. Só que deviam ter aprendido há muito tempo também.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma palhaçada!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha quem fala, a palhaçada vem daí!

Burburinho na Sala.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu estou de pé à espera de falar e ele pede a palavra para falar!? É de qualquer maneira já, é de qualquer maneira! Não, eu estou a terminar, eu vou fazer uma pergunta ao Governo. Não há interpelações no meio de uma interpelação,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — E vai!

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias levanta-se para iniciar a sua intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas senta-te, não vais falar comigo de pé!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.^a Presidente...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas agora estamos os dois?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos, por favor, pôr ordem na Sala porque nós temos de conseguir conduzir este debate com,...

Continuação do burburinho na Sala.

... temos de conseguir conduzir este debate e fazer este debate com competência e com razoabilidade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olhe, aprenda! Eu estou na minha intervenção, tem de ler o Regimento!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado pediu para fazer uma interpelação à Mesa e disse — aliás, e bem — que os grupos parlamentares podem, nos termos do Regimento, fazer interpelações à Mesa. Ora, foi exatamente o que fez o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, foi pedir uma interpelação à Mesa, certo? Sobre a condução dos trabalhos. Portanto,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas ainda não acabei!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Ó Sr. Deputado! O Sr. Deputado não me dá lições de Regimento, nem a mim, nem a ninguém.

Aplausos de Deputados do PSD.

Burburinho na Sala.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah! São uns prepotentes do pior!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Acusou-me de não ter repreendido o Primeiro-Ministro por usar a palavra «incompetente», palavra que o Sr. Deputado usou, exatamente no início da sua primeira questão ao Governo. E eu repreendi-o nessa altura, Sr. Deputado? Não, claro que não. Porquê? Porquê? Porque tem sido entendimento da Mesa que a retórica parlamentar deve resolver estas questões com o mínimo de intervenção da Mesa, dentro de determinados limites. E foi exatamente o que eu fiz. Mas, ó Sr. Deputado, em relação a esse assunto não vou alimentar mais conversa,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acho bem que não!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — ... porque o Sr. Deputado não é a primeira vez que faz essa acusação — não é a primeira vez —, não tem onde se agarrar para a fazer. Simplesmente, há momentos em que o Sr. Deputado parece achar que as coisas estão relativamente calmas, precisa de qualquer coisa que as vire do avesso. Desta vez foi essa.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

Portanto, o Sr. Deputado tem tempo para fazer perguntas, o Governo tem tempo para lhe responder, mas sobre o incidente que, entretanto, aqui surgiu, há um pedido de interpelação à Mesa e essa interpelação vai ser feita como o Sr. Deputado fez a sua.

Faça favor, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

Protestos do CH, batendo com os pés no chão e as mãos nas bancadas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Hugo Soares também tem de falar hoje!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.^a Presidente, no quadro da interpelação sobre a condução dos trabalhos, gostaria de manifestar o seguinte aspeto que me parece importante: o tema que trazemos hoje, Sr.^a Presidente, é um tema particularmente duro e importante neste debate quinzenal. As instituições devem funcionar e o respeito pelas instituições é um pilar fundamental do funcionamento das democracias. Nós percebemos que os inimigos da democracia não gostam que as instituições funcionem.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês é que não gostam!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado precisa de concretizar o que é que pretende da Mesa quando faz uma interpelação à Mesa. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Primeiro, quero expressar que o nosso entendimento é que quando colocamos em causa aqueles que de entre nós...

Protestos do CH.

... foram eleitos para governar, para gerir os nossos debates, estamos a pôr em causa a própria instituição e o nosso voto,...

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

... quando elegemos as pessoas que estão aí sentadas. Por isso, Sr.^a Presidente, reforço a ideia: a Mesa e a Sr.^a Vice-Presidente, legitimamente, está aí para gerir este debate, tem toda a legitimidade e a solidariedade institucional deste grupo parlamentar para continuar a conduzir o debate.

As linhas vermelhas são entre democratas e não-democratas, não é entre aqueles que defendem uma opinião ou outra.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.^a Rita Matias (CH): — Vais falar contra o terrorismo, agora?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Presidente, é para deixar três notas.

A primeira, para expressar total solidariedade com o exercício que a Sr.^a Presidente está a fazer, de forma legítima, de forma absolutamente competente e no cumprimento rigoroso do Regimento da Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

Em segundo lugar, para dizer que a Sr.^a Presidente andou bem quando, antes de dar a palavra, quis saber para que efeito era a interpelação à Mesa. Porque é isso que o Regimento diz,...

Protestos do CH.

... e, na verdade, aquilo que foi utilizado foi um expediente para continuar o debate anterior. Essa é que é a realidade e andou muito bem, a Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso é falso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E a terceira nota, Sr.^a Presidente, que é a mais importante, no respeito pelas instituições, mas, sobretudo, pelas centenas de jovens que nos acompanham aqui hoje, reconhecemos o debate e não contribuiremos todos para o triste espetáculo que o Deputado André Ventura quis hoje aqui dar.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, no mesmo sentido dos outros colegas.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, assistimos aqui a um episódio caricato,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não sejas assim tão bicudo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... ridículo até, protagonizado pelo Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

Quero dizer que não aceitamos lições nenhuma a dizer que somos inimigos da democracia. Os inimigos da democracia são aqueles que andam a roubar há 50 anos! Há 50 anos que andam a roubar o nosso País! Esses são os grandes inimigos da democracia! Esses são os grandes inimigos da democracia!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

São os mesmos que utilizam a tática de tentar não deixar falar o Deputado André Ventura. Foi essa a tática que utilizaram aqui hoje. Foi sobre isso que a Sr.^a Vice-Presidente não atuou e deveria ter atuado em conformidade. Houve as pateadas dos Deputados lá de trás do PSD e a Sr.^a não foi capaz de dizer que eram Deputados do PSD,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exato! Não viu nada, aí não viu nada! E não fez nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... que interromperam este debate de uma forma vergonhosa! Vergonhosa!

Aplausos do CH.

E a Sr.^a Presidente não foi capaz de dizer nada. É isso! Quando nós dizemos que não consegue despir a camisola do PSD é nesse sentido, Sr.^a Presidente.

Aplausos do CH.

Burburinho na Sala.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, não lhe vou responder,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porquê?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — ... porque é preciso que alguém nesta Casa mantenha o bom senso.

Burburinho na Sala.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra para questionar o Governo. Faça favor.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS) — Sr.^a Presidente,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, vamos precisar de avançar neste debate, portanto, peço-vos que não repitam interpelações à Mesa sobre este incidente.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS) — ... sobre este incidente e sobre a interpelação sobre a condução dos trabalhos,...

Vozes do CH: — Outra vez?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS) — ... que devemos continuar, apenas para que não fique mal entendido, Sr.^a Presidente, dirigindo-me a si, jamais me referi diretamente à bancada do Chega,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não sejas covarde!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS) — ... mas quanto a «antidemocratas» parece que enfiaram o barrete.

Aplausos do Deputado do PS João Torres.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr. Deputada Inês de Sousa Real pede a palavra para que efeito?

A Sr. **Inês de Sousa Real** (PAN): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr.^a Presidente.

É para propor que este assunto seja levado à Conferência de Líderes,...

Vozes do CH: — Ah!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tenha juízo!

A Sr. **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque parece-me que há uma clara marca de falta de respeito, em particular pela condução dos trabalhos, quando é não só a Sr.^a Vice-Presidente a conduzir, mas também noutros mandatos o mesmo já aconteceu, como era o caso da Sr.^a Vice-Presidente Edite Estrela, em que claramente há um desrespeito até pela questão de género, com a qual não podemos tolerar nem compactuar.

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do CH.

Por isso, expresso não só a minha solidariedade à Sr.^a Vice-Presidente, como apelo a que, em Conferência de Líderes, este assunto seja tratado.

Aplausos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O Santos Silva estava bem!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada levará o assunto à Conferência de Líderes, se assim entender.

Peço às bancadas que façam silêncio para podermos continuar o debate.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O debate estava a correr bem e agora é isto!

Pausa.

Sr. Deputado André Ventura, quer continuar as perguntas ao Governo, ou passamos à frente?
Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, vou começar por dizer só isto: dos maiores debates que tive, nesta Assembleia da República, foi com o antigo Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva — que eu saiba é um homem e não uma mulher. Eduardo Ferro Rodrigues também não é uma mulher, é um homem.

Aplausos do CH.

Por isso, Sr.^a Deputada, quando precisar de aparecer um pouco, faça por si, não precisa de usar o Chega para aparecer 30 segundos nas notícias em Portugal. Faça por si, faça por si.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, é lamentável, e vou voltar a dizer-lhe, é lamentável a forma como conduziu este debate, mas quero questioná-lo sobre o encerramento da urgência de obstetrícia e de vários outros serviços, mas desta, em particular, no Barreiro.

Tenho aqui, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe ler isto: «Há poucos dias, surgiram notícias na comunicação social dando conta que a Comissão queria extinguir a urgência de obstetrícia e ginecologia de diversos hospitais, nomeadamente do Barreiro. Isto é muito negativo e merece o desacordo do PSD. Esta medida não pode ser levada a cabo, até porque nesta unidade ocorreram 1400 partos.»

Gostava de lhe perguntar se sabia quem é que escreveu isto, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, a gestão da nossa rede de urgências, em particular da nossa rede de urgências de ginecologia e obstetrícia, tem a ver com as garantias de segurança que precisamos de dar às respetivas utentes. Precisamos de ter urgências abertas para responder mais cabalmente às necessidades das grávidas, das mães e também das crianças.

É a reforma que estamos a empreender, a bem da saúde em Portugal. Se o Sr. Deputado não é capaz de perceber isso, não tenho, enfim, nenhuma responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não sou eu que não estou a compreender, é o Sr. Primeiro-Ministro que não está a compreender. Olhe, vou-lhe fazer chegar também... sabe quem é que escreveu isto?

O orador exibiu o documento que mencionou.

Foi o PSD, em 26 de outubro de 2022. Disse que encerrar as urgências do Barreiro era uma coisa terrível e impensável. Quem é que está a encerrar as urgências do Barreiro? O PSD.

Foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse. Desculpe lá, diz aqui PSD, sabe? São os tais 50 anos juntos!

Mas digo-lhe mais: disse-nos, no último debate em que estive, que o trabalho que estava a fazer era também para reduzir o número de pessoas que não tinham médico de família; pois, segundo os últimos dados, temos 1,6 milhões de pessoas sem médico de família.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, desculpe lá concluir isto assim, mas, quer dizer, se nem no mais básico, nem no mais relevante conseguem funcionar — dizem que vão manter urgências abertas e encerram-nas, dizem que vão reduzir o número de portugueses sem médico de família e ele aumenta! —,...

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

... então, são mesmo um mau Governo e um mau Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passarmos às perguntas do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, a Mesa informa a Câmara de que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de alunos e professores do Instituto de Emprego e Formação Profissional; um grupo de estudantes e professores do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira; um grupo de estudantes e professores do Agrupamento de Escolas de Santo António, do Barreiro; um grupo de estudantes e professores da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, de Matosinhos; um grupo de estudantes e professores do Agrupamento de Escolas Rio Arade, de Lagoa; e um grupo da Escola Profissional do Alto Minho Interior, polo Paredes de Coura.

Aplausos gerais.

Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra, pela Iniciativa Liberal, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, deixe-me começar por manifestar a minha total solidariedade com o povo iraniano,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... que há décadas sofre às mãos de um regime ditatorial que persegue e mata o seu próprio povo,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e, a isto, todos nós, infelizmente, já pudemos assistir — ainda recentemente, quando milhares morreram nas ruas às mãos deste regime.

Esta luta merece não só a nossa solidariedade, mas merece também o nosso respeito e a nossa atenção, e não deixamos de ficar um pouco incrédulos quando ouvimos o Partido Socialista dizer que Portugal se agachou aos Estados Unidos da América,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Uma vergonha! Uma vergonha!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... quando, na verdade, quem se está a agachar a um regime assassino, ditatorial, é o Partido Socialista.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vergonha! É verdade!

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

É verdade, disse-o daí!

Protestos da Deputada do PS Júlia Rodrigues.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Um regime que mata, um regime que esmaga mulheres e as trata como se não fossem absolutamente nada,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Verdade! Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — é este o regime a que o Partido Socialista se agacha.

Por isso, gostava até de questionar, quase de forma retórica, se este Partido Socialista já se esqueceu do que é que significa lutar pela liberdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem! Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Pergunto se já se esqueceram do que é lutar pelos mais básicos direitos humanos,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem! É isso!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... porque este regime iraniano viola o direito internacional...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Precisamente! O direito internacional!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... há décadas,...

O Sr. Mário Amorim Lopes (IL): — Viola o povo! O direito internacional é para proteger o povo!

A Sr.^a **Mariana Leitão (IL):** — ... viola direitos humanos há décadas. E o direito internacional serve para proteger o povo, não é para proteger o regime!

Aplausos da IL.

O Sr. Mário Amorim Lopes (IL): — Muito bem! É para proteger o povo, o direito internacional! Não é para proteger o regime! Por amor de Deus!

A Sr.^a **Mariana Leitão (IL):** — Já agora, o que é que faria o Partido Socialista, relativamente à Base das Lajes, nesta mesma circunstância?

O Sr. Mário Amorim Lopes (IL): — É verdade, o que é que fariam?

A Sr.^a **Mariana Leitão (IL):** — O que é que faria? Gostava muito que o Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista, José Luís Carneiro, um dia pudesse responder a esta pergunta.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão (IL):** — Sr. Primeiro-Ministro, esta instabilidade no Médio Oriente, com a guerra no Irão, com as suas consequências, é apenas mais um exemplo de um cenário internacional cada vez mais imprevisível, e nós já sabemos disso. As pressões sobre os preços da energia, as cadeias de abastecimento, os fluxos migratórios, os mercados financeiros, tudo isto exige um País preparado. E a grande questão é saber se Portugal está preparado!

Esta pergunta já foi feita por várias outras bancadas, eu lamento, mas o Sr. Primeiro-Ministro tem sido muito vago nas suas respostas e eu pedia-lhe mesmo que concretizasse, porque é uma ótima oportunidade que temos para tranquilizar as pessoas...

O Sr. Mário Amorim Lopes (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão (IL):** — ... que neste momento estão ansiosas, lá em casa, sem saberem muito bem quais são as perspetivas de futuro.

Já falou sobre a questão dos combustíveis, já disse que ia tomar medidas, eventualmente um desconto. Sr. Primeiro-Ministro, porque é que não baixa de uma vez o ISP, como já tantas vezes foi aqui proposto,...

O Sr. Mário Amorim Lopes (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão (IL):** — ... em vez de andarmos sistematicamente em descontos provisórios de cada vez que acontece qualquer coisa, ainda para mais numa circunstância em que as pessoas já estão a pagar muito?

Sr. Primeiro-Ministro, relativamente a uma crise financeira internacional como a que é projetada em inúmeros cenários, como é que vamos reagir, quando mantemos um Estado pesado, excessivamente dependente e com uma despesa estrutural fixa muito difícil de ajustar? Ainda para mais quando temos uma das maiores cargas fiscais — com que continuamos — sobre as pessoas, o que, obviamente, tem implicações no seu próprio poder de compra.

Em relação à desaceleração económica europeia, quando a nossa economia continua pouco produtiva, excessivamente dependente do consumo interno e do turismo, como é que nós estamos preparados para lidar com esta situação e com esta desaceleração?

Sr. Primeiro-Ministro, no fundo, está preparado para responder aos desafios que Portugal vai enfrentar? Ou vai continuar a insistir no mesmo modelo de governações que o passado já deu provas de que está esgotado?

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, quero cumprimentá-la e agradecer toda a cooperação que teve ocasião de ter connosco, nos últimos dias, na gestão de mais esta crise, e dizer-lhe que, do ponto de vista do posicionamento do Estado português, de facto, o Governo e a Iniciativa Liberal têm um alinhamento não direi total, mas muito próximo disso.

Posso corroborar muitas das considerações que fez. Não sendo esse o objeto do debate, evidentemente que não podemos escamotear a ameaça para a segurança internacional de um regime que quer ter capacidade nuclear, que quer ter produção de mísseis balísticos de longo alcance. É um regime que leva efetivamente a cabo uma repressão no seu país — só nas últimas semanas, estima-se que vitimou mortalmente cerca de 30 000 a 40 000 iranianos, é isso que tem sido noticiado —, além de ser um regime que se apresenta muitas vezes como financiador e promotor do terrorismo internacional.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É bom que, na análise da situação, estas circunstâncias também sejam sopesadas. Não podemos partir do princípio de que uma análise de um conflito e de uma crise desta envergadura e desta dimensão se faz apenas à luz do positivismo das regras, que foi aquilo que a Sr.^a Deputada disse.

Pois, nós sabemos que há uma Carta das Nações Unidas,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Algures, há uma Carta das Nações Unidas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nós sabemos que há a organização e as regras do direito internacional, mas também sabemos que há uma realidade! E há uma realidade cuja resposta tem de ser o direito internacional, cuja resposta tem de ser a capacidade de os países poderem promover o respeito pelos direitos humanos, pelos direitos das pessoas e pela segurança de todos nós, porque, no fim, também estamos a falar da nossa própria segurança. No fim, estamos a falar de ações que muitas vezes colocam em causa a estabilidade da nossa região, da União Europeia, de países que são os nossos parceiros, dos nossos aliados geopolíticos e daqueles que partilham connosco valores e princípios democráticos.

Portanto, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, naturalmente que nós percebemos e acompanhamos as reflexões que aqui fez a esse propósito.

Relativamente a um agravamento da instabilidade internacional, que a Sr.^a Deputada referiu, e à capacidade que podemos ter para a enfrentar, nós temos reações que são mais imediatas e temos outras reações que são mais estruturais.

Do ponto de vista estrutural, evidentemente que hoje estamos mais preparados para podermos ter muitas das reações imediatas. Porquê? Porque temos finanças públicas equilibradas; porque temos, felizmente, um comportamento económico que, não sendo ainda aquele que desejamos, é, apesar de tudo, uma sustentação para termos medidas que, num momento de crise, possam ser tomadas, para não deixar nem os cidadãos, nem as famílias, nem as empresas numa situação de maior dificuldade.

Portanto, do ponto de vista estrutural, nós vamos continuar a reforçar este equilíbrio orçamental porque é um pilar da nossa capacidade de reagir a crises. E vamos, naturalmente, fazer as transformações cuja agenda a Sr.^a Deputada conhece, e que vão desde o apetrechamento das nossas empresas com maior capacidade para serem competitivas e produtivas — isso passa pela fiscalidade, pela flexibilidade laboral, pelo combate à burocracia, pela simplificação, por podermos dar mais instrumentos para sermos mais produtivos.

É, Sr.^a Deputada, e também, naturalmente, pela reforma dos principais sistemas públicos, que é o que estamos a fazer. Estamos a fazer na educação, estamos a fazer na saúde, estamos a fazer na habitação, estamos a fazer na mobilidade, estamos a fazer na gestão da água, estamos a fazer na floresta, estamos a fazer, até, em áreas de que se fala menos: na cultura, no desporto.

Sr.^a Deputada, as políticas públicas colaboram com o seu ímpeto transformador, precisamente, para habilitar o Estado a ser mais eficiente na gestão dos recursos públicos e para poder estimular os recursos privados a serem mais produtivos. É esse o nosso projeto, é aquele que estamos a desenvolver.

E, Sr.^a Deputada, é manifestamente um equívoco dizer que este projeto está esgotado. É mesmo um equívoco! Este projeto está, não só, pujante, está atuante e está a obter resultados. Exemplo disso é a melhoria das condições de vida das pessoas. Em 2024, fomos o país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em que o rendimento das pessoas mais subiu, por via da diminuição dos impostos e do aumento dos salários, e, em 2025, tivemos um aumento significativo do rendimento líquido das pessoas.

Ora, este aumento dos rendimentos só é possível, precisamente, pela pujança e pela força da nossa economia, que, repito, ainda não está no ponto que nós queremos,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O chamado «ponto»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas está a caminho disso.

Mesmo do ponto de vista fiscal, a Sr.^a Deputada aludiu a uma redução do ISP.

Sr.^a Deputada, nós estamos a reduzir o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), um imposto sobre os rendimentos do trabalho; nós estamos a reduzir o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), para as empresas terem mais meios para poderem investir; nós estamos a reduzir, em especial para os jovens, vários impostos — estamos até a isentar, em alguns casos.

Sr.^a Deputada, nós não podemos pura e simplesmente abdicar de toda a receita fiscal, temos de ter sentido de equilíbrio, de justiça e de proteção do tal equilíbrio que, estruturalmente, nos habilita a poder enfrentar situações de crise. Temos, portanto, de ser previsíveis, e isso é também uma conquista da Agenda Transformadora.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Continua no uso da palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, neste momento, como deve imaginar, há uma grande incerteza... Os portugueses sentem uma grande incerteza, os portugueses sabem que se pode aproximar mais uma crise inflacionista, os portugueses sabem que a crise que está a acontecer pode afetar profundamente o preço do custo de vida, isso preocupa-os, e o Sr. Primeiro-Ministro respondeu-me com um conjunto de supostas ações, políticas públicas que está a levar a cabo, mas eu recordo que há dois anos que ouvimos exatamente as mesmas coisas a serem anunciadas, vezes sem conta,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... não só neste Parlamento como em vários outros fóruns.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

E a verdade é que o Sr. Primeiro-Ministro, ainda em 2024, disse que Portugal precisava de crescer mais, de libertar a economia, de reduzir impostos, de simplificar o Estado, mas o que nós temos visto, de facto, são as compensações pontuais, que vimos no ano passado, os anúncios sucessivos que continuamos a ver e muito poucos resultados estruturais.

Portanto, este modelo a que me refiro é nesta questão de não se poder governar com base no ciclo mediático e de não se poder, no fundo, planear para fazer manchetes, mas sim, garantidamente, mudar o País.

Parece-me que o que tem faltado é coragem e que o que há a mais é calculismo político. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto quando é que vai concretizar as principais reformas do País: a saúde, o Estado, a educação, a justiça, a reforma laboral — se vai voltar atrás, se não vai!

E, já agora, o Chega ainda há pouco falou de palavra dada não voltar atrás, mas o próprio Chega voltou atrás na sua posição contra a reforma laboral.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é falso! Não é verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

Aplausos da IL.

Protestos dos Deputados do CH André Ventura e Cristina Rodrigues.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, para quando? Para quando?

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, deixe-me dizer-lhe, esse pretensu calculismo que me quer atribuir é um mito urbano.

Nós somos um Governo reformista, efetivamente. Aquilo que a Sr.^a Deputada reclama está em execução: numas das alterações e transformações já com resultados; noutras, com uma base que produzirá resultados nos próximos anos, e nós cá estaremos para os analisar, Sr.^a Deputada.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Livre, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, vivemos um dos momentos mais delicados e mais perigosos dos últimos anos e, na verdade, temos aqui o debate condicionado. E porque é que temos o debate condicionado? Porque o Governo, ao arrepio daquilo que tem apregoado — de que conversa com o Parlamento e dialoga com todos os partidos —, escolheu conversar sobre a guerra no Irão e sobre a utilização da Base das Lajes apenas com três partidos neste Parlamento. Não falou com o Livre!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falou com o PS, é igual!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Pergunto-lhe: qual é o critério?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falou com o PS!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Porque é que, num assunto da máxima importância nacional, da máxima soberania nacional, não falou com todos os partidos que foram eleitos para este Parlamento com os votos dos nossos concidadãos?

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Este é o assunto mais importante destes dias e é inacreditável que não tenha havido esse diálogo, até porque as informações públicas têm sido dadas de forma muito inconsistente e o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros tem feito declarações muito inconsistentes.

Mas hoje o Sr. Primeiro-Ministro foi claro: à pergunta sobre se Portugal condena o ataque ao Irão, feito ao arrepio do direito internacional, o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu, disse apenas que está do lado dos nossos aliados históricos e contra o regime iraniano.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não disse nada!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, é possível estar contra o regime iraniano e ser contra esta intervenção unilateral por parte dos Estados Unidos da América.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Basta estar do lado do direito internacional!

Continuação de aplausos do L e de Deputados do PS.

É possível garantir e dar as condições ao povo iraniano para ganhar a sua liberdade, para fazer cair o regime, que é o que nós queremos — nós não queremos um regime iraniano opressor,...

Protestos do CH.

... queremos um povo iraniano liberto e que viva em liberdade —, mas isso não pode ser feito ao arpejo do direito internacional, porque o direito internacional é o que nos protege a todos.

Aplausos do L.

Agora, estarmos do lado dos aliados *no matter what* não pode ser! Não pode ser! Principalmente, quando os nossos aliados põem em causa outros nossos aliados, como os Estados Unidos estão a fazer, por exemplo, com Espanha e com o Reino Unido.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se Portugal se vai solidarizar com Espanha e com o Reino Unido perante as ameaças que o Presidente dos Estados Unidos está a fazer.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Estar do lado do direito internacional e das Nações Unidas, isso é o que nos protege, senão será sempre a lei do mais forte.

Quando os nossos aliados decidem atacar outros Estados sem sequer nos avisar, estão a ser nossos aliados?

Protestos da IL.

Disse-nos que a Base das Lajes não contribuiu para o conflito, mas pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: como é que consegue garantir isso? É que não basta a garantia de que o avião que bombardeou não saiu da Base das Lajes, é toda a cadeia logística que não pode ter passado na Base das Lajes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exato!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é isso que diz o acordo!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — O avião que abasteceu o avião que bombardeou não pode ter passado na Base das Lajes, porque senão estamos a ser arrastados para um conflito que nós não escolhemos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem de conhecer o acordo!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Como é que consegue garantir que o nosso território não está a ser usado para alimentar uma guerra feita ao arripio do direito internacional?

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra para responder o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, há alturas em que não conseguimos falar com todos ao mesmo tempo e temos de ter um critério. O nosso critério foi o de falarmos com os três partidos mais representativos desta Assembleia da República, o que não significa que nos furtemos a dar explicações à Assembleia da República como um todo: estamos aqui a fazê-lo, e o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros estará também no Parlamento.

A Sr.^a Deputada, com a legitimidade que tem — e tem-na, efetivamente — de representar o Grupo Parlamentar do Livre, pode também solicitar a informação, que nós teremos toda a disponibilidade de fornecer.

Em todo o caso, Sr.^a Deputada, não deixo de tomar nota dessa vontade do Livre, e, naturalmente, agiremos em conformidade com um critério que terá sempre de ter por base uma realidade que é dinâmica, uma realidade que é sensível e que, portanto, impõe também que façamos escolhas. Esta foi a escolha do Governo e, sinceramente, acho que é uma escolha que se compreende.

Quanto à questão de fundo que a Sr.^a Deputada colocou, não vou dizer muito mais do que aquilo que já disse.

Já disse, Sr.^a Deputada, que, independentemente dos Governos, a política externa do País sempre defendeu, e defende, o direito internacional e a Carta das Nações Unidas; sempre defendeu, e defende, que a primazia deve ser dada à via diplomática e à negociação, como instrumentos para evitar conflitos, para dirimir diferendos e também para promover a segurança e a defesa global, a internacional e também a nossa. Mas Sr.^a Deputada, à luz destes princípios, não conseguimos ter o condão de guiar a política externa de todos os outros países, nem dos Estados Unidos, nem do Irão.

Portanto, Sr.^a Deputada, já tivemos ocasião de dizer, e vou reiterar, que, tendo havido uma ação militar dos Estados Unidos, nós não a acompanhámos, não a subscrevemos, nem estivemos envolvidos nela, mas perante um pedido formal de autorização para um equipamento militar sobre o qual há um acordo bilateral com os Estados Unidos — que não é um país qualquer, é um país amigo, é um país aliado, é um país parceiro...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em muitas dimensões: numa dimensão histórica, numa dimensão socioeconómica, numa dimensão de segurança e defesa —, então, nós condicionámo-lo ao abrigo e em linha com aquilo que são os princípios orientadores do direito internacional. E, Sr.^a Deputada, ao fazê-lo, manifestámos a nossa posição, que visa salvaguardar, proteger, preservar o interesse de Portugal, o interesse da nação portuguesa, o interesse dos cidadãos portugueses, o interesse da estratégia económica e da estratégia de defesa de Portugal...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e o respeito pelo exercício livre dos direitos fundamentais de cada português. Nós temos de perceber que, quando atua no contexto internacional, o Estado atua também para proteger aquilo que é mais essencial na sua própria organização: as garantias de que continuaremos a ser um país democrático, um país soberano, um país que mantém íntegro o seu território, um país que mantém todos os instrumentos para garantir aos seus cidadãos o exercício das liberdades cívicas dos direitos fundamentais.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É isto que norteia a política externa de Portugal, e sou um Primeiro-Ministro que se sente honrado por exercer esta função, na esteira daquilo que os meus antecessores de vários partidos fizeram, alinhados também por estes princípios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Mantém-se no uso da palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ficamos a perceber que não há critério em relação a que partidos escolhe para dialogar,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E devia ter!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O critério é quantitativo! É a escolha do povo!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... mas, como sempre dissemos, mesmo com posições contrárias, o Livre está disponível para o diálogo, porque isso faz parte da lealdade entre o Governo e o Parlamento.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos que tudo isto foi feito em nome da segurança de Portugal, e eu quero perguntar-lhe: sente-se mais seguro? Está mais seguro? Está Portugal mais seguro nesta configuração mundial, com o Presidente dos Estados Unidos que temos, neste momento, à frente do país? Sente-se mais seguro?

Queria também perguntar-lhe porque é que, à semelhança do que aconteceu com outros países, por exemplo, não fez uma comunicação ao País, dada a gravidade da situação internacional que estamos a viver e do nosso envolvimento, necessariamente, através da Base das Lajes.

Se a Base das Lajes não está a ser usada neste conflito, porque é que o movimento na Base das Lajes aumentou tanto nas últimas semanas?

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, eu falei-lhe de um critério. O Livre pode preencher esse critério se, nas próximas eleições, tiver um dos três maiores grupos parlamentares nesta Assembleia da República.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É tão simples quanto isto, Sr.^a Deputada: eu disse-lhe que o Governo optou por ouvir desta vez — normalmente até só houve os dois maiores partidos —, por decisão minha, naturalmente, os três maiores partidos, mas a Sr.^a Deputada não quer compreender esse critério.

Protestos do L.

Sr.^a Deputada, ocasiões há em que podemos ouvir os quatro maiores, e aí o Livre já entra, e outras em que ouvimos todos, como ouvimos na semana passada, a propósito do PTRR.

Agora, Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe rapidamente: nós alinhamos a nossa intervenção, e mesmo a nossa aparição pública, com o interesse estratégico do povo português e de Portugal. Nós queremos garantir que não há uma nova potência nuclear, queremos garantir que não há mísseis de longo alcance a serem usados por quem dispara para todo lado, queremos lutar contra o terrorismo e, Sr.^a Deputada, não é por aquilo que os outros fazem que eu me guio, é por aquilo que interessa ao povo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Continua no uso da palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que interessa e que é importante para o povo português é perceber o que é que se está a passar e sentir-se seguro. E é também responsabilidade do Sr. Primeiro-Ministro garantir às pessoas que Portugal cumpriu todas as condições, no âmbito do direito internacional — e, pelo que percebemos, não cumpriu, porque se os Estados Unidos fazem uma ofensiva ao arrepio do direito internacional...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Acabou de ser explicado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e, de alguma forma, o nosso País está envolvido através da Base das Lajes, então, temos essa questão —, e, sobretudo, falar ao País. Essa é uma responsabilidade do Sr. Primeiro-Ministro, como, por exemplo, Macron e Sánchez fizeram.

Protestos do CH.

E não é por eles o terem feito que o Sr. Primeiro-Ministro o deve fazer, é porque é sua responsabilidade falar ao povo português, principalmente nestas alturas em que a conjuntura internacional está a mudar tanto e em que é normal que as pessoas estejam assustadas e queiram saber o que é que se passa.

Sr. Primeiro-Ministro, também quero falar-lhe, porque é importante, sobre o comboio das tempestades. Os relatos que nos têm chegado, nomeadamente da Sertã e através das declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria, são de que não estão a chegar os apoios, ou seja, que não estão a sentir por parte do Governo o apoio que deveriam estar a sentir.

Ainda na semana passada, Deputados do Parlamento visitaram Alcácer do Sal e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal disse exatamente o mesmo. Portanto, esta é uma situação essencial, e o País precisa de si.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro já não tem tempo para lhe responder, Sr.^a Deputada, pelo que vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar do PCP. Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vem aí o direito internacional!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, parecia que o Sr. Primeiro-Ministro estava a fazer uma declaração de guerra ao Irão, agora, quando estava a responder à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A submissão do seu Governo face à agressão unilateral dos Estados Unidos e de Israel ao Irão envergonha o País, confronta a Constituição e o direito internacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Já cá faltava a Constituição!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O seu Governo escancarou as portas da Base das Lajes à máquina de guerra dos Estados Unidos e, ao fazê-lo, de facto, ajoelhou o País perante mais uma agressão militar, em vez de fazer aquilo que se impunha, que era: em vez de animar à guerra, clamar pela paz. Teve uma posição não apenas de submissão, mas também de intolerável alinhamento que arrasta o País para uma agressão e uma guerra que, como o Sr. Deputado Hugo Soares disse, e bem, sabemos quando começou, mas não sabemos quando e em que moldes vai acabar, com consequências na vida de todos os povos, inclusive do nosso povo.

A situação já está difícil e, também com o seu contributo, vai ainda piorar. E aí estão as ameaças de escaladas dos preços, com consequências na habitação, na energia, nos alimentos e bens essenciais — mais um aumento do custo de vida que se avança, em cima da vida já difícil daqueles que têm de cá viver e trabalhar todos os dias. Nós não aceitamos, Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, que passe para o povo a fatura das opções erradas da sua política e do seu alinhamento internacional.

A situação vai continuar tal como está, com uns poucos a concentrarem a riqueza à custa das condições de vida da maioria? O custo de vida não para de aumentar em todas as suas expressões, e de forma muito particular nos alimentos, cujos preços já subiram cerca de 30 % nos últimos três anos.

A pergunta que lhe faço, até utilizando as suas próprias palavras, é a seguinte: é para acelerar a situação em que os consumidores pagam cada vez mais, os pequenos produtores e agricultores recebem cada vez menos pela sua produção e as grandes distribuidoras vão encaixando lucros históricos?

E, apesar de o Sr. Primeiro-Ministro — não foi essa a sua intenção, certamente — ter acabado por dar, diria assim, uma orientação para o aumento dos preços dos combustíveis, pergunto-lhe ainda: por exemplo, qual vai ser o papel dos mais de 1000 milhões de euros de lucro da Galp para enfrentar a situação que teremos, certamente, nos próximos meses?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, para que fique claro, não tive nenhuma intenção nem acho que as palavras do Governo possam ter como consequência uma orientação de aumento do preço dos combustíveis, francamente.

Aproveito a questão para reiterar que a nossa decisão é uma decisão preventiva, porque entendemos que, apesar de ainda não estar consumado um aumento significativo do preço dos combustíveis, apesar de ainda não sabermos quanto tempo vai demorar este conflito e qual o real impacto que vai ter, nomeadamente nesta matéria, é importante que as famílias portuguesas e as empresas possam perceber o que é que o Governo está disposto a fazer.

Portanto, decidimos que, caso haja uma oscilação de preço que supere os 10 cêntimos face ao valor de hoje, ou desta semana, da gasolina e do gasóleo, promoveremos um mecanismo de desconto extraordinário e temporário do ISP para, precisamente, poder fazer face ao adicional de IVA que o aumento do preço incorpora. É, de resto, uma medida a que tenho uma especial sensibilidade, porque ainda estava a desempenhar funções na oposição e já a subscrevia.

Quero também dizer, Sr. Deputado, que estamos a fazê-lo por antecipação, ao contrário do que sucedeu, por exemplo, em 2022, quando a medida foi tomada mais tarde, com os preços muito mais elevados. Estamos a falar de um preço significativamente mais elevado: 20 a 30 cêntimos mais elevado do que o preço que temos hoje. Entendemos que a estabilidade financeira e económica do País deve ter, precisamente, como possibilidade, em alturas de maior crise, medidas excecionais como aquela que estamos aqui a defender.

Sr. Deputado, já tive ocasião de lhe dizer várias vezes que temos posições políticas diferentes sobre a forma como se salvaguarda o interesse do País e como se protege o interesse daqueles que vivem do seu trabalho.

O Sr. Deputado insiste em acusar-me e atacar-me com os efeitos de uma pretensa política, mas não atende, depois, à realidade. O Sr. Deputado não é capaz de ter um comentário sobre o facto de Portugal ter sido o país, em 2024, onde o rendimento real mais aumentou, à custa da diminuição dos impostos sobre o rendimento do trabalho e do aumento dos salários. O Sr. Deputado não é capaz de comentar o aumento do salário líquido mensal em 8,2 % que ocorreu o ano passado, bem acima da taxa de inflação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ficava-lhe bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado, eu percebo, lateraliza até a nossa vocação para o diálogo social. O Sr. Deputado não é capaz de dizer assim: «Este é um Governo que já fez 37 acordos com sindicatos da Administração Pública, correspondentes à valorização de 27 carreiras.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ficava-lhe bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E a concertação social, Sr. Primeiro-Ministro?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou seja, o Sr. Deputado diz que este Governo — não o disse hoje, mas já o disse noutras ocasiões — ofende o diálogo social e os direitos dos trabalhadores, mas naquilo que mais diretamente está na esfera da ação do Governo, onde o Governo é a entidade empregadora, ou utilizando uma terminologia que, se calhar, o Sr. Deputado utiliza mais vezes, onde o Governo é o patrão, o Governo chegou a acordo com 37... Ou melhor, são até mais sindicatos! Chegou a acordo em 37 ocasiões com os sindicatos, para termos, na Administração Pública, nos recursos humanos que dependem de nós, um ambiente laboral mais favorável.

Sr. Deputado, creio que lhe ficava bem também reconhecer estes resultados do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, de novo, a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, são recorrentes os nossos debates aqui e é recorrente a sua resposta, que é sempre essa. É caso para dizer que anda com uma cassete. É melhor mudar essa cassete, Sr. Primeiro-Ministro,...

Risos do PSD.

... porque, de facto, é sempre essa a sua resposta.

O Sr. Primeiro-Ministro não comentou, por acaso, o aumento de 30 % do preço dos alimentos. O Sr. Primeiro-Ministro não comentou, e dei-lhe uma deixa,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... os mais de mil milhões de euros de lucros da Galp, no ano passado, que davam para aumentar todos os salários de todos os trabalhadores em 12 000 € por mês! Então, não faz nenhum comentário sobre isto? Não há nenhuma medida sobre esta matéria? Esta é que é a questão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Fiscalizar os lucros!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, tive a oportunidade aqui, num debate destes, de chamar a atenção para não menosprezar a força dos trabalhadores antes da greve geral. E essa força da greve geral, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, rejeitou o seu pacote laboral — o seu, o do Chega, do CDS, da Iniciativa Liberal. Rejeitou o seu pacote laboral.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É um oportunismo muito grande, Paulo Raimundo, muito grande!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não vale a pena vir com simulações de negociações, inclusive na concertação social. Não vale a pena vir com isso! Faça aquilo que é preciso fazer, a bem do País: retire o pacote laboral...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não faça isso!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... e concentre-se naquilo que é preciso, que são os salários.

Só não paga os salários a 100 % a quem ainda está a ser alvo das intempéries porque não quer, porque o Governo podia resolver isso.

Concentre-se nisso, retire a caixa ideológica, não permita o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde e trave o encerramento criminoso das urgências do Barreiro, que é isso que se impõe.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, a força dos trabalhadores é que nos colocou aqui. A força dos trabalhadores, quando votaram, é que nos deu a legitimidade para promovermos este programa. Este é o programa que os portugueses quiseram, os portugueses que trabalham todos os dias, portanto, temos muito orgulho em estar aqui, ao lado dos trabalhadores de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Saia da bolha!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, voltando à questão do Irão, que é essencial neste debate, acabámos de ouvir falar de envergonhar Portugal, agachar perante uma grande potência e submissão.

Na semana passada, tivemos connosco a Sr.^a Embaixadora da Ucrânia, tivemos connosco três jovens que foram retirados da Ucrânia à força por tropas russas e que voltaram, e aqui foram homenageados. Nesse momento, o Parlamento português levantou-se em apoio ao povo da Ucrânia, à sua embaixadora, que os representava, e àqueles jovens que representavam toda a opressão russa sobre o povo ucraniano.

Todo o Parlamento, não. Todo o Parlamento, exceto três Deputados, os três Deputados do Partido Comunista Português. Ou seja, aqueles que falam sobre agachar perante uma grande potência são aqueles que, em nome da Rússia, se mantiveram sentados, quando todos homenageávamos o povo ucraniano.

Aplausos do PSD e da IL.

Protestos do PCP.

Submissos são aqueles que continuam desse lado. Quem envergonha Portugal é quem se mantém sentado e calado, quando se trata de apoiar a Ucrânia.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Alimente a guerra, alimente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas hoje, antes desta vergonha protagonizada pelo Partido Comunista, o Partido Socialista também teve um momento extraordinário. O Sr. Deputado José Luís Carneiro, a certa altura da sua intervenção, disse assim: «Eu quero aqui expressar a solidariedade do Partido Socialista para com dois países amigos.» E nós pensámos: o Chipre e a Turquia, um parceiro nosso da União Europeia, outro parceiro nosso da NATO, que foram, também eles, alvo de ataques iranianos nas últimas horas.

Mas não! Falava, o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Reino de Espanha e do Reino Unido...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já percebi! Espanha e Reino Unido já não são amigos!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... por, supostamente, representarem aquilo que o Partido Socialista achava que Portugal devia fazer.

Quero dizer duas coisas muito claras: todos nós sabemos que, se o Partido Socialista estivesse no Governo, não fazia nada disso, portanto, a questão não é factual, essa questão é só retórica.

Vamos à retórica, e a pergunta é muito concreta: ó Sr. Primeiro-Ministro, faria algum sentido que Portugal, neste momento, tendo o posicionamento que tem na União Europeia, tendo a relação que tem com os Estados

Unidos, tivesse uma posição diferente e tivesse, por exemplo, uma posição parecida com aquela que está a ter o Governo de Espanha, aqui ao lado?

Vamos à questão do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, que os senhores se apressam sempre a utilizar. Curiosamente, utilizam mais vezes a Carta das Nações Unidas para defender ditaduras e para manter ditadores no poder do que para defender alguma transição democrática, para defender povos que são esmagados, como é esmagado o povo iraniano.

Aplausos do PSD e da IL.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Mas quando é que os senhores usaram a Carta das Nações Unidas para defender o povo iraniano? Aliás, acho curioso, porque, ao mesmo tempo que nas televisões falam porta-vozes do Partido Socialista, a seguir, as televisões vão ouvir iranianos e dizem tudo ao contrário do que dizem os Deputados socialistas. É extraordinário!

Risos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade! Não ouviu do que se estava a falar!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É assim: se queres saber o que se passa no Irão, pergunta a um iraniano, não perguntes a um socialista, porque senão vais ter a informação toda ao contrário!

Aplausos do PSD e de Deputados da IL.

Sr. Primeiro-Ministro, num contexto como este, Portugal está a aumentar o seu investimento em defesa. Faz, ou não, bem Portugal em manter-se do lado certo, do lado dos seus aliados da NATO, dos seus aliados da União Europeia, de quem, efetivamente, pode contribuir para a paz mundial, e não de quem anda em manobras de diversão, completamente perdido?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já vimos o contributo!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, posso subscrever tudo o que o Sr. Deputado acabou de dizer e que, portanto, vamos continuar a defender o interesse de Portugal.

Não vamos imiscuir-nos nas questões da defesa do interesse dos países dos nossos colegas que lideram os Governos seja do Reino de Espanha, seja do Reino Unido, ou de qualquer outro país, da União Europeia ou fora da União Europeia. Nós não vamos fazê-lo.

A Sr.^a **Júlia Rodrigues** (PS): — Não vão fazer nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós respeitamos e temos a convicção de que cada um desses responsáveis fará aquilo que entende para proteger e preservar o interesse dos seus países,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Dos seus!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e nós fazemos aquilo que é o nosso entendimento da proteção e preservação do nosso interesse, sendo certo que temos um interesse comum e vamos efetivá-lo, e continuamos a efetivá-lo, a nível das organizações internacionais de que fazemos parte.

Deixe-me só, já agora, Sr. Deputado, uma vez que a nossa coincidência de pontos de vista é tão grande, aproveitar ainda uma parte do tempo para deixar aqui claro uma resposta que há pouco não tive tempo de complementar e que tem a ver com as reformas que estamos a promover em vários domínios da governação e também no domínio da saúde.

Para que fique muito claro, vai continuar a haver acompanhamento de consulta e de trabalhos de parto programados no hospital do Barreiro — vai continuar a haver.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ai, que descanso!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A reforma que estamos a empreender não elimina a resposta de ginecologia-obstetrícia do hospital do Barreiro. Do que estamos a falar é de criar uma valência regional para a urgência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para quê? Para evitar aquelas histórias que, muito legitimamente, preocupam as Sr.^{as} e os Srs. Deputados de várias bancadas, de, às vezes, não se saber bem para que urgência se direcionar numa situação de iminente necessidade de um tratamento urgente, como o próprio nome indica.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ou seja, estamos a dar uma resposta estrutural, conciliando os recursos humanos que temos, conciliando os recursos técnicos, conciliando as necessidades. Uma coisa é o acompanhamento, a consulta, outra coisa é o parto programado, outra coisa é a situação de urgência, de iminente resposta que é necessária.

Quem não tiver abertura para encarar uma política destas, verdadeiramente, não quer resolver o problema. Verdadeiramente, quer aproveitar-se do problema para trazer casos e casos, e para poder tirar dividendos políticos disso, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Portanto, Sr. Deputado, voltando às questões que coloca, é assim: temos de prover a política pública para dar resposta ao interesse das pessoas, sempre das pessoas, e fazemo-lo quando investimos nas transformações do sistema de justiça, do sistema de educação, da saúde, dos instrumentos de política pública na habitação e também da segurança e defesa.

Como o Sr. Deputado disse à sua maneira e como eu também já disse à minha maneira, sim, para garantirmos o respeito pelos direitos das pessoas, para garantirmos que há liberdade, para garantirmos que há capacidade de a economia criar a riqueza que depois pode ser redistribuída, temos de viver em paz e em segurança. Portanto, temos de investir no nosso sistema, na nossa capacidade e na capacidade que nos pode acudir, que é a capacidade dos nossos aliados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, cumprimento-a de forma muito veemente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Donald Trump decidiu acender o rastilho de um barril de pólvora e o Sr. Primeiro-Ministro foi a correr para lhe segurar o isqueiro. Ao autorizar a utilização da Base das Lajes, o Sr. Primeiro-Ministro não está a exercer a soberania. O que está a fazer, na verdade, é branquear crimes de guerra.

Diz-nos que impôs condições. Sabe perfeitamente que não tem como fiscalizar, não tem como saber o que se passa na terra e o que descola daquelas pistas. O que faz, na verdade, é pior: lava as mãos dos bombardeamentos de alvos civis, como escolas.

Depois do Iraque, também por responsabilidade do PSD, Portugal não pode voltar a ser o entreposto do caos, Sr. Primeiro-Ministro.

Olhemos para o lado: o Governo espanhol não autorizou que o seu território sirva às aventuras criminosas de Trump e de Netanyahu.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Recebem financiamento do Irão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Porque é que Pedro Sánchez percebeu o essencial que o Sr. Primeiro-Ministro decide ignorar?

Não está aqui em debate se alguém é a favor dos regimes dos Aiatolas — ninguém é! A questão é a de saber se somos a favor da legalidade internacional e da paz, Sr. Primeiro-Ministro.

Por isso, pergunto-lhe: perante o *bullying* de Washington, vai-se solidarizar com o seu homólogo espanhol, em nome da defesa do direito internacional?

Portugal foi uma ditadura durante 48 anos. Tenho a certeza de que, na bancada do Governo, não se conhece uma voz que tenha defendido o bombardeamento do nosso País para nos livrarmos da ditadura asfixiante de Salazar e Caetano. Sabe porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Porque as bombas, quando caem, não distinguem o oprimido do tirano, o inocente do culpado. Espalham dor e sofrimento entre um povo subjugado à violência de uma ditadura.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Por isto é que vocês vão desaparecer!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, deixe-me confessar-lhe que, não fora o meu dever de reserva, não fora o meu dever de responsabilidade, não fora mesmo o meu dever de solidariedade, enquanto Primeiro-Ministro de um País-Membro da União Europeia e da NATO, podia-lhe dar alguns elementos que talvez fizessem o Sr. Deputado corar de vergonha quanto àquilo que acabou de dizer. Mas não posso, não devo e não vou fazê-lo.

Aplausos de Deputados do PSD.

Uma vez mais, não querendo fazer comentários sobre o posicionamento de outros Estados, convido, naturalmente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a analisar esses comportamentos ao longo deste período — no antes, no durante e no após — e, já agora, a coerência desses comportamentos contra outras coisas que já aconteceram e outras que, porventura, poderão vir a acontecer. Isso é um exercício analítico que cada um faz à sua maneira.

Apenas posso saudar aqueles que tiverem a densidade e a profundidade de ir mais longe, na busca da explicação e da interpretação da posição de cada um, podendo cada um fazê-lo. Não me vou intrometer nisso, mas não deixo de o fazer também, como cidadão comum, com todos os direitos políticos e cívicos, e também como homem público. Não deixo de o fazer.

Dito isto, Sr. Deputado, conluo, dizendo, mais uma vez, que é minha obrigação e do Governo proteger o Estado português, a integralidade do seu território, a sua soberania, a sua capacidade de poder defender-se, a sua segurança e, através de tudo isso, proteger os direitos fundamentais das pessoas e a dinâmica económica que pode dar-nos a oportunidade de sermos um país produtivo, competitivo, que gere riqueza suficiente para sermos também um país justo.

Vou-lhe dizer uma coisa: tenho a certeza absoluta de que não me vou arrepender de nada daquilo que fizemos nestes dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, ainda, a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, defender o País é defender o seu povo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Olha, interessante!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Hoje, o Parlamento aprovou uma lei que lhe permite pagar o *layoff* a 100 %. Já aqui disse que não era um problema financeiro, por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: quando é que vai começar a pagar aos trabalhadores e às empresas, para defendermos a nossa gente, os trabalhadores afetados pelas intempéries de janeiro e de fevereiro?

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores é que puseram lá que era para o ano!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Isto é esquizofrénico!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro já não tem tempo para responder. Vamos passar às perguntas da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que tem a palavra para o efeito.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, relativamente à posição do PAN sobre ao Irão, já deixámos bastante claro que o PAN condena o carácter opressor das políticas iranianas, mas, quando um povo é bombardeado, bem sabemos que não há distinção entre os civis e, neste caso, os opressores.

Como o tempo é muito escasso, há duas perguntas em concreto que lhe quero deixar.

Nós associamo-nos às preocupações que aqui já foram expressas em relação à utilização da Base das Lajes, mas, sobre este caso, já respondeu até à exaustão.

Gostaria, contudo, que nos esclarecesse quanto à repatriação dos portugueses, porque há portugueses à espera de serem retirados e as respostas são manifestamente insuficientes.

Não se compreende como é que em casos como, por exemplo, o de uma cidadã portuguesa, a Filipa Domingos, que viu a sua casa ser bombardeada e pediu ajuda aos serviços consulares, a resposta que teve é que deveria enviar um *email*.

Sr. Primeiro-Ministro, em contexto de guerra, não há *emails* nem formalidades que possam deixar para trás aquela que deve ser a resposta humanista do Estado português.

Esta cidadã assim o fez: enviou um *email* e, nesse *email*, dizia inclusivamente que tinha um animal de companhia, um gato, e a resposta que lhe foi dada foi que o gato deveria ser deixado para trás.

Risos de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Lá está o gato!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Tenho a certeza absoluta, Sr. Primeiro-Ministro, que não se revê nesta resposta dos serviços consulares a esta cidadã. No caso da Filipa Domingos, para além dos mais 400 portugueses que estão na mesma circunstância, ainda lhe foi dito que tinha de pagar 300 € de emolumentos para poder ter a resposta do Estado português.

Eu sei que alguns poderão achar isto caricato, mas entre a burocracia e a empatia, entre saber que, se calhar, esta cidadã não quer mesmo ser deixada para trás, se não puder vir com todo o agregado familiar, é evidente que não podem ser forçados os cidadãos portugueses a serem deixados para trás.

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

Por outro lado, já ouvimos aqui o Sr. Primeiro-Ministro criticar o alinhamento do Parlamento em relação ao *layoff*. Contudo, na mesma altura em que nega pagar a 100 % o *layoff*, o Governo decidiu dar 110 milhões de euros para a exploração do projeto político das Covas do Barroso, ou seja, colocar dinheiros públicos na destruição ambiental, quando podia e devia utilizar este dinheiro para...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vamos repatriar os gatos!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, tinha prometido duas questões ainda no âmbito do conflito, mas depois registei apenas uma.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: não conheço esse caso concreto, admito.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O do gato?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não o conheço nem eu, nem o ministério — enfim, os nossos serviços não nos reportaram —, mas não estou a dizer que ele não existe.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o gato é nacional?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O gato é persa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estou apenas a dizer que, nesses casos, a Sr.^a Deputada pode ter a certeza absoluta de que não precisa de nos enviar um *email*. Pode contactar-nos diretamente e expor, dentro do espírito do poder de representação que legitimamente tem, em nome do povo português, essa anomalia, para podermos verificar, indagar e corrigir.

Posso apenas dizer, em nome da minha experiência política, que todos nós seremos sensíveis, com certeza, a situações anómalas, a situações em que os serviços não respondem exatamente nos termos e orientação que dimanam dos seus superiores. Isso pode acontecer. Mas diz-me a minha experiência que muitas destas histórias, às vezes, não são exatamente assim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, é preciso triá-las, é preciso filtrá-las, é preciso indagar e poder concluir se as coisas são exatamente como às vezes se apresentam. Muitas vezes ridiculariza-se a situação e, depois, chega-se a uma conclusão, só que já é noutra debate, ou já estamos a discutir outro tema, e não nos lembramos de a evidenciar.

Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

Atenção, não estou a diminuir a possibilidade de isto ter acontecido, estou apenas a querer partilhar convosco aquelas que, muitas vezes, são as respostas que queremos dar e que nem sempre correspondem, porque a situação não é exatamente aquela que nos é transmitida em primeira mão.

Prometo, em nome do Governo, averiguar, indagar, e todos os elementos que a Sr.^a Deputada nos puder enviar serão úteis para podermos ser mais eficientes nesse trabalho.

Relativamente ao *layoff*, Sr.^a Deputada, já tive a ocasião de responder. Não vou comentar agora a decisão do Parlamento. Vou apenas dizer que temos um conjunto de apoios que foi colocado no terreno de forma rápida e de forma a termos uma resposta que seja equitativa, justa e eficiente também para todos nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E se o gato for persa, como é que se faz?!...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Foram colocadas telas, como o Sr. Primeiro-Ministro, as Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo e as Sr.^{as} e Srs. Deputados estão a ver, porque o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, está à distância e vai fazer as suas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro desta forma. Vamos esperar que resulte. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, penso que me estão a ouvir...?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Neste momento particular, permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, retomar o tema hoje em discussão, que é o conflito no Irão.

A verdade é que estamos num momento em que o mundo vive uma escalada de violência e, face a estas tensões no Médio Oriente, é necessário que haja, da parte do Governo, um esclarecimento perante o Parlamento e o País.

Todos sabemos que a Base das Lajes tem uma relevância estratégica, que todos conhecemos. Contudo, essa relevância não pode significar que Portugal seja apenas informado *a posteriori*, como já foi tornado público, ou que seja ignorado, quando decisões com impacto geopolítico são tomadas.

A verdade é que o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, na semana passada, através do Sr. Ministro Paulo Rangel, disse que os Estados Unidos da América não têm de informar as autoridades portuguesas do fim para que estão a utilizar, neste caso, a Base das Lajes, e disse que o acordo bilateral subscrito entre as partes contempla uma «autorização tácita» — foi esta a expressão que o Sr. Ministro Paulo Rangel utilizou.

A primeira pergunta é esta: será que o Sr. Primeiro-Ministro podia clarificar o que quer dizer com «autorização tácita», mesmo que esteja, neste caso, em causa a eventual violação do direito internacional?

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, quero também perguntar se pode dar garantias ao povo português e ao povo açoriano, em especial, quanto à sua segurança e à sua tranquilidade, tendo em conta a localização da Base das Lajes, e se essa garantia de segurança e tranquilidade é uma realidade...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto é uma brincadeira! Segundo o Regimento, os Deputados falam de pé!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Deputado, foi perfeitamente ouvido. Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente. Sr.^{as} e Srs. Deputados, saúdo o Sr. Deputado Filipe Sousa e queria, relativamente à questão que coloca, reiterar o seguinte: nós temos dois contextos. Temos o contexto, vamos chamá-lo assim, normal, fora de conflito. Esse é um contexto que é analisado, gerido e tramitado à luz do Decreto-Lei n.º 2/2017, que prevê que os países que têm aeronaves com intenção de sobrevoar ou aterrar no País, no território nacional e, em particular, na Base das Lajes, devem notificar Portugal, com identificação da origem, do voo, do destino e da carga. Se não houver uma resposta negativa, naturalmente, sobre essa notificação, há a chamada «autorização tácita», que era a questão que o Sr. Deputado Filipe Sousa colocava. Isto abrange cerca de 50 países, com os quais temos este regime permanente.

Obviamente, escuso de dizer que, neste contexto, não ficámos desprotegidos, porque das origens, dos destinos e das cargas não resultou nenhum tipo de violação do direito internacional.

Há, depois, o outro regime, que é depois do ataque. Depois do ataque, numa situação que já não é normal, aplica-se o acordo técnico que temos com os Estados Unidos e que tem uma disposição segundo a qual é necessária uma autorização prévia.

Obviamente que fomos informados da possibilidade de isto ocorrer e fomos informados formalmente. Informados, não, fomos notificados do pedido, e respondemos nos termos que aqui enunciei em várias respostas, com as três condições que já desenvolvi.

É isso que tenho para lhe dizer, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Terminamos, assim, o nosso debate de hoje. A nossa próxima sessão plenária será amanhã, às 15 horas, com a ordem do dia que está disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Cumprimentamos o Sr. Primeiro-Ministro e as Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo.

Até amanhã, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eram 17 horas e 32 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.